



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ALUSKA KARLA ALVES BEZERRA

**CAMPINA GRANDE COMO UM “MUSEU A CÉU ABERTO”: MONUMENTOS,
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA**

**CAMPINA GRANDE – PB
2011**

ALUSKA KARLA ALVES BEZERRA

**CAMPINA GRANDE COMO UM “MUSEU A CÉU ABERTO”: MONUMENTOS,
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB

CAMPINA GRANDE – PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

B574c Bezerra, Aluska Karla Alves

Campina Grande como um "museu a céu aberto"[manuscrito]: monumentos, memórias e representações em disputa / Aluska Karla Alves Bezerra. – 2011.

76 f.: il.: color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza, Departamento de História”.

1. Memória 2. Patrimônio cultural 3. Identidade 3. Cidadania
I. Título.

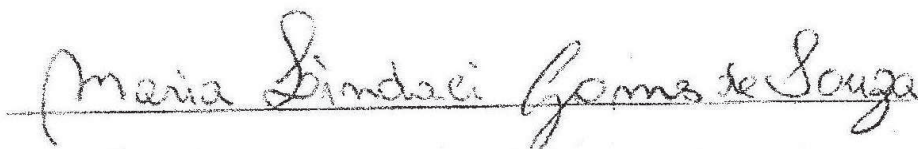
21. ed. CDD 981.33

ALUSKA KARLA ALVES BEZERRA

**CAMPINA GRANDE COMO UM “MUSEU A CÉU ABERTO”: MONUMENTOS,
MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para
obtenção do título de graduado.

Aprovado em 21/06/2011.



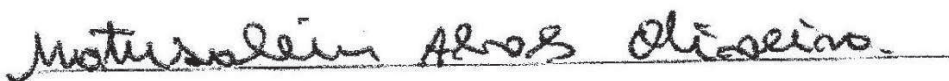
Prof.^a Dr.^a Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB

Orientadora



Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina de Aragão Araújo / UEPB

Examinadora



Prof. Ms. Matusalém Alves Oliveira / UEPB

Examinador

AGRADECIMENTOS

Àquele de onde vem o meu socorro, que fez o céu e a terra e não deixa vacilar os meus pés, não dorme, pois, guarda-me como guarda ao Reino de Israel. O que me protege de todo mal: A este DEUS maravilhoso à minha alma.

À minha amada mãe Margareth que, na ausência daquele que “não pôde” nos acompanhar até este dia, o foi corajosamente (pai e mãe) e fez valer seu ditado: “Sou uma bela, mas sou uma fera”. Agradeço imensamente a ela por todos os esforços somados em prol de minha formação não só acadêmica, mas principalmente enquanto ser humano.

Aos meus irmãos Kallyne, Karina e Hallyson meus eternos companheiros, os quais me seguraram pela mão na caminhada da vida e se mantiveram, desde então, ao meu lado cuidando do meu crescimento. Agradeço por hoje conseguir dar o meu primeiro passo com segurança, produzindo esta monografia.

Aos meus primos e tias, mesmo não acompanhando presencialmente, dispuseram sua compreensão e afeto ao meu afastamento do convívio familiar para dedicar-me a esta escrita necessária à minha formação. Em especial, sem desmerecer, porém, os outros familiares, à admirável “Tia Menininha” (Maria da Consolação), que com o seu apoio nos meus anos iniciais da escola, embutia incentivo e expectativa de um futuro melhor.

Ao meu namorado Rennan, ainda que não tenha chegado à minha vida a tempo de acompanhar este processo de formação profissional, mas quando me encontrou, ofereceu seu ombro, abraço e principalmente o seu coração, quando na elaboração desta produção textual, o misto de estresse e lágrimas, mas também sorrisos foi minha realidade.

Agradeço imensamente à querida professora, amiga e “mãe acadêmica” Dr.^a Maria Lindaci, pela dedicação, apoio e carinho no meu preparo profissional, dando-me oportunidades, talvez exclusivas, de trabalharmos juntas e convivermos num cotidiano de aprendizado que firmou laços para além do ambiente da universidade, quase que familiar. Estendo também este agradecimento à Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina por sua presteza na construção deste trabalho e ao Prof. Matusalém Alves por se disponibilizar em examinar esta escrita.

Aos demais professores do curso de História, ilustres mestres e grandes espelhos: Alberto Coura, Flávio Carreiro, Luíra Freire, Manuela Aguiar, Kyara

Almeida, Luciano Queiróz, Vanuza Silva, Ofélia Barros, Marcelo Eufrásio, Adonhiran, Maria José, Jôsi, Auricélia e Jefferson.

A turma que fiz parte ao ingressar neste mundo acadêmico (2005.2 – Manhã), em destaque Alcione Ferreira, que em muito contribuiu para meu aprendizado. Aos meus amigos, apesar de não comporem a lista deste mesmo ano letivo, se fizeram presentes e fundamentalmente importantes no meu crescimento profissional e em alguns momentos vida pessoal: Joana D’Arc (amiga-irmã), Germana (Companheira de viagens) e Vanessa (conselheira). Formando comigo o “quarteto” organizador de eventos acadêmicos, sem esquecer os adoráveis: Adriano, Janailson, Thomas, Ramon, Wagner e Bruno. Estendo ainda este agradecimento a Epitácio e Vera pelo carinho com que sempre fui tratada ao ser atendida na Xerox.

Aos meus alunos que ajudaram a adentrar na prática educativa de maneira prazerosa, colaborando com entusiasmo para a construção do conhecimento em sala de aula e rearticulação da minha didática de ensino.

Por fim, a Universidade Estadual da Paraíba, a coordenação do curso de História e funcionários, em especial, a secretária Socorro pela sua presteza, ao Neab-í e ao querido professor Benjamim, a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, representada pela Prof.^a Maria Aparecida, por me proporcionar a experiência de lecionar e contribuir para uma sociedade cada vez mais consciente da preservação de sua história.

DEDICATÓRIA

Aos meus sobrinhos Arthur, Myrella e Fernanda: “olhos do amanhã”.

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim não morre jamais.

Rubens Alves

RESUMO

O aspecto que norteou o nosso interesse para desenvolvermos essa pesquisa, sustenta-se na preocupação com a preservação da memória histórica e, por extensão do patrimônio cultural. Sendo assim, as discussões em torno do processo de ressignificação do patrimônio histórico e cultural possibilitam investigar as representações que as pessoas que moram nos bairros centrais ou áreas próximas da cidade de Campina Grande têm de patrimônio cultural, assim como a forma como se identificam. Neste sentido, identificaremos os lugares que se constituíram em patrimônio edificado, que desapareceram ou modificaram-se, mas que fazem parte da memória cultural da cidade, uma vez que, com o crescimento da cidade no sentido vertical, o panorama urbano da cidade de Campina Grande transformou-se. Uma de nossas inquietações é perceber se as pessoas da comunidade identificam essas transformações e quais são as suas opiniões em relação às antigas construções que foram demolidas. Indagaremos como esse sentimento de perda da “essência” histórica de um lugar é percebido através das modificações das construções antigas, pelos antigos habitantes e novos habitantes. Para construção teórico-metodológica deixamos as fontes falar livremente, tendo em vista que estamos trabalhando com fontes orais. A perspectiva intergeracional foi contemplada através da representação dos alunos da escola pública e de narrativa das pessoas idosas moradoras de bairros centrais de Campina Grande. A pesquisa nos levou a entendermos que, a partir da narrativa dos idosos, fica clara a apropriação das tradições enquanto patrimônio, no entanto, essa correlação entre memória e identidade cultural, através da preservação do patrimônio, não há uma representação definida nas narrativas dos idosos. Quanto à percepção dos jovens a ideia de patrimônio no sentido ampliado já é uma constante, denotando o conhecimento e a diferenciação entre patrimônio material e imaterial.

Palavras-chaves: Memória, Patrimônio Cultural, Cidade, Identidade.

ABSTRACT

This research has been developed based on the worry of preserving the historical memory and, by extension the cultural patrimony. Therefore, discussions around the process of reframing the historical and cultural heritage enable investigating representations that people who live in central neighborhoods or areas near the citycentre of Campina Grande have about the cultural patrimony, as well as how they identify themselves with them. In this sense, it will be identified places that formed patrimony buildings, which have disappeared or have changed, but which is part of cultural memory of the city, since, the vertical growth of the city has transformed the panorama of the city of Campina Grande. One of our concerns is to perceive whether people from the community identify these changes and what are their opinions about old buildings which have been demolished. It will be asked how this feeling of loss of "the essence" of a historic place is realized through the modification of old buildings, by the old and newcomers inhabitants. In order to build the theoretical and methodological frame, the sources we allowed to express themselves freely, since we are working with oral sources. The intergenerational perspective was addressed through the representation of public school students and narrative of the elderly living in the central neighborhoods of Campina Grande. The research led us to understand that, from the narrative the elderly, it is clear the ownership of traditions as patrimony, however, the correlation between memory and cultural identity through the preservation of patrimony, there is not a defined representation in the narratives of elderly. Regarding the perception of young people the idea of patrimony in the broadest sense is already a constant, denoting the knowledge and the distinction between tangible and intangible patrimony.

Keywords: Memory, Cultural Patrimony, City, Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTO 01 – Vista noturna de Campina Grande.....	14
FOTO 02 – Farra na Bodega - Monumento à Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga.....	20
FOTO 03 – Monumento aos Pioneiros.....	29
FOTO 04 – Feira na Rua Venâncio Neiva.....	30
FOTO 05 – Vista aérea de Campina Grande.....	36
FOTO 06 – Noite de festa no Parque do Povo, onde se realiza o “Maior São João do Mundo”.....	39

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Localização do Açude Velho.....	31
Mapa 02 – Localização do Parque Evaldo Cruz.....	32
Mapa 03 – Localização da Estação Ferroviária Great Western.....	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Percentual de respostas sobre o que os alunos entendem por patrimônio.....	53
Gráfico 02 – Áreas de maior representatividade para o turista	54
Gráfico 03 – Patrimônios de Campina Grande conhecidos ou já visitados	55
Gráfico 04 – Identificação dos alunos com os legados culturais que caracterizam a tradição nordestina	56

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. TECENDO O DIÁLOGO CONCEITUAL ENTRE A CIDADE DE CAMPINA GRANDE E SEU PATRIMÔNIO	21
2.1 Patrimônio, um conceito ampliado como objeto de análise.....	22
2.2 História e implantação do processo de modernização em Campina Grande.....	25
3. CONHECENDO PARA PRESERVAR: CAMPINA GRANDE COMO “UM MUSEU A CÉU ABERTO”	37
3.1 Considerações em torno do conceito da cidade como museu a céu aberto.....	37
3.2 Uma leitura da cultura patrimonial de Campina Grande: Identidade, memória e cidadania.....	41
3.3 Educação patrimonial como instrumento de construção da cidadania.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
BIBLIOGRAFIA	59
ANEXOS	64

Foto 01 – Vista noturna de Campina Grande



Fonte: <http://www.sosriosbrasil.blogspot.com>

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio histórico é vista hoje, prioritariamente, como uma questão de cidadania e, com tal, interessa a todos por se constituir em direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural. No passado a ação preservacionista recaía tão-somente sobre bens materiais de notável valor arquitetônico, evocador de um fato histórico também notável, que fosse realmente digno de preservação (ORIÁ, 2003, p.137).

A preocupação com a preservação da memória histórica e, por extensão, do patrimônio cultural é fenômeno que vem caracterizando neste final de século e milênio. No Brasil, onde a máxima de ser um “país sem memória” constitui uma ideia já cristalizada. Neste sentido, iniciativas que optam por trabalhar com a temática da memória e de sua materialização através dos bens consubstanciados no patrimônio histórico, devem ser louvadas e apoiadas (ORIÁ, 2003).

A discussão sobre o que se pode caracterizar como patrimônio histórico e cultural, na comunidade acadêmica, passa por um processo de resignificação que exige dos educadores uma nova postura frente a essa questão. Trata-se especificamente da ampliação conceitual do que hoje se entende por patrimônio histórico e cultural. Essa discussão perpassa apenas o nível teórico pelo debate entre arquitetos e historiadores, sem que haja uma preocupação básica com a participação daqueles que se caracterizam como verdadeiros atores sociais (moradores) que deveriam ser os guardiões sociais da memória histórica.

A pesquisa se originou de um Projeto de Extensão intitulado: **A cidade visível e invisível: Patrimônio histórico, identidade cultural, memória e cidadania**, trabalho este coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Lindaci Gomes de Souza que teve como proposta básica desencadear um processo de reflexão do alunado da escola pública em relação ao patrimônio histórico e cultural, com ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio escolar e do bairro em que essa escola esta inserida.

Esta pesquisa objetiva, pois, em primeiro lugar, identificar e selecionar algumas edificações e manifestações culturais que são tomadas como patrimônio cultural em Campina Grande, ou seja, patrimônio tangível e intangível.

Num segundo momento, investigar a representação que as pessoas que moram nos bairros centrais ou áreas próximas dos quais estamos tomando como

objeto de estudo, tem sobre a relação patrimônio cultural e identidade e se a cidade é apropriada pelas pessoas que nela habitam como monumento.

Raquel Rolnik, em seu livro *O que é cidade*, assim se pronuncia:

A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social: quando os cortiçados transformam o palacete em maloca estão ao mesmo tempo, ocupando e conferindo um novo significado para um território, estão escrevendo um novo texto (...). É esta dimensão que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar sua história (ROLNIK, 1988, p. 40).

Neste sentido, identificaremos os lugares que se constituíram em patrimônio edificado, que desapareceram ou modificaram-se, mas que fazem parte da memória cultural da cidade, uma vez que, com o crescimento da cidade no sentido vertical, o panorama urbano da cidade de Campina Grande transformou-se.

Uma de nossas inquietações é perceber se as pessoas da comunidade identificam essas transformações e quais são as suas opiniões em relação às antigas construções que foram demolidas. Indagaremos como esse sentimento de perda da “essência” histórica de um lugar é percebido através das modificações das construções antigas, pelos antigos habitantes e novos habitantes.

Atualmente se preserva um bem cultural não só pelo seu valor estético, arquitetônico ou histórico. Ele é reservado se tem significado para a comunidade em que está inserido, contribuindo assim para a construção de sua identidade cultural e o exercício da cidadania (ORÍÁ, 2003). “A preservação do patrimônio histórico deve pautar-se no binômio indissociável identidade cultural e qualidade de vida” (ORÍÁ apud MAGALDI, 1992, p. 23).

Assim sendo, a identidade cultural de um país, estado, cidade ou comunidade se faz com a memória individual e coletiva (ORÍÁ, 2003, p. 138). Outra inquietação que justifica este trabalho, diz respeito à questão da degradação do patrimônio, ou seja, os efeitos do descaso não só do poder instituído, mas principalmente daqueles que por excelência dão sentido à cidade, os seus habitantes.

De acordo com CHOAY (2001) em seus escritos sobre patrimônio como monumentalização, é entendido como tudo aquilo que denota ou pode identificar o monumento, através do poder da rememoração e da lembrança. Com esse entendimento estamos nos guiando pelo conceito de patrimônio conforme destaca Choay, a noção de patrimônio como a de monumento veio se modificando ao longo

dos séculos e passou do status de antiguidade, no século XV, para sofrer “o complexo de Noé” nos dias atuais (CHOAY, 2001, p.11-23). Afinal, tudo tem ou obtém algum motivo para ser preservado para as populações vindouras.

Para uma melhor compreensão didática deste trabalho iremos apresentar o nosso caminhar teórico-metodológico, sustentado pelas discussões conceituais delineadas através dos seguintes capítulos. O primeiro no qual estaremos introduzindo as principais questões pertinentes à temática, como também destacamos o objeto central da pesquisa que é investigar as representações que as pessoas que moram nos bairros centrais ou em áreas próximas da cidade de Campina Grande, têm de patrimônio cultural assim como a forma como se identificam.

O segundo capítulo intitulado: **Tecendo o diálogo conceitual entre a cidade de Campina Grande e seu patrimônio**, fizemos uma breve discussão dos caminhos da ampliação do conceito de patrimônio histórico, concebido então como patrimônio cultural, contemplando a contribuição da *Escola dos Annales* para essa transformação, bem como utilizamos as leituras feitas sobre as concepções de patrimônio e cidade de alguns autores como: CHOAY (2011), ORIÁ (2003), CAMARGO (2002), LEMOS (2004), SEGALA (2006), ROLNIK (1988), SIMÃO (2006). Inserimos a observação sobre a implantação da modernidade nos grandes centros urbanos brasileiros, sobretudo na capital carioca, uma vez que seu traçado urbanístico influenciou diretamente na modernização de Campina Grande, costurando o diálogo entre os conceitos de modernidade de BERMAN (2007) e as transformações urbanas do Rio de Janeiro observadas por WISSENBACH (1997).

Apontamos também, através da investigação, utilizando as fontes textuais e as fontes orais, procedendo à leitura e a análise de livros que tratam da história de Campina Grande e de seu patrimônio, os impactos causados pela degradação, modificação ou desaparecimento do patrimônio tangível e intangível nesse processo de transformação urbana. Sobre a história da cidade fomos guiados pelos escritos de ALMEIDA (1979), CAVALCANTI (2000) e SOUZA (2006), além das falas das moradoras, as Sras. Zélia Leal de Farias e Suzete Fernandes Oliveira, residentes nos bairros São José e Prata, respectivamente.

A pesquisa está centrada no uso da História Oral como fonte principal para salvaguardo da história do patrimônio da cidade de Campina Grande. Para compreendermos esse processo historiográfico, serão organizadas entrevistas e

questões que privilegiam o relato das experiências e primam pela possibilidade de o entrevistado falar livremente.

Enriquecer a cartografia mental dos estudantes é o trabalho do professor no estudo da História e da Memória, capacitando-os a estabelecer as conexões lógicas [...] a buscar atalhos e alternativas de interpretação e de rememoração. Fazer história, falar de Memória, de Cultura e de Patrimônio é essencialmente, estabelecer conexões entre os infinitos nódulos de sentido, na verdade “constelações de sentidos”, de fatos e referências, que podemos encontrar nesta peregrinação (HORTA, 2005, p. 39).

Montenegro em *História Oral e Memória* ao se reportar ao processo de construção histórica, a memória destaca um papel fundante. Para corroborar com esse pensamento, trazemos a afirmação de Montenegro (1994), quando diz que:

[...] a memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto reelabora-os constantemente [...] embora parta do real, de fato, do acontecido, o processo da memória se destaca e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas continuam a ser valor determinante na construção deste quadro (MONTENEGRO, 1994, p. 19).

Dessa maneira, a memória tem como alicerce o processo reativo resultante do impacto da realidade sobre o indivíduo. O desafio a ser enfrentado, quando trabalhamos com a memória é identificar os elementos que possibilitam reconstruir a memória do grupo, uma vez que, lembram aquilo que lhes é interessante, promovendo para tal uma rígida seleção de suas boas recordações e esquecendo, deliberadamente as recordações que podem vir a serem comprometedoras.

Ao construirmos nosso objeto de estudo, ou seja, percebermos através das representações dos moradores, de que forma estes se identificam com a cultura patrimonial da cidade de Campina Grande, identificamos as formas de valorização do local, assim como o processo de interação entre os cidadãos e a cidade.

No terceiro capítulo que tem por título: **Conhecendo para preservar: Campina Grande como um “museu a céu aberto”**, procedemos ao estudo da elaboração da expressão “museu a céu aberto”, para subsidiar nosso entendimento sobre a cidade de Campina Grande enquanto essa noção de museu. A esta altura, tomamos a cidade como um lugar de memória, oferecendo a possibilidade de ser vista como “museu a céu aberto”, entendendo a ideia de cidade-museu não como algo inerte, mas, sobretudo, levar o cidadão muito além de meramente observar sua

cidade, mas ser protagonista deste espaço conservando seus bens públicos materiais ou imateriais.

Como ponto seguinte, adentramos na discussão sobre os conceitos de identidade, memória e cidadania para estabelecermos uma ligação entre o reconhecimento que os jovens fazem da cultura patrimonial de Campina Grande e a importância de ações que visem educar para preservação do patrimônio cultural da cidade. Para tanto, analisamos os dados coletados através da ilustração de gráficos sobre o percentual de respostas a respeito do significado de patrimônio cultural e a relação que os jovens têm com as tradições locais. Sobre este último ponto, isto é, referente às tradições culturais, estendemos nossas observações à política cultural, correlacionada a gestão pública, que é inerente ao festejo.

Nossa pesquisa tem como intuito mostrar os cidadãos como sujeitos sociais que elaboram e produzem representações próprias de si mesmos. Nesse sentido a utilização das fontes orais possibilita salvaguardar a história local a partir da pesquisa de campo propriamente dita, colhendo a fala dos moradores e fazendo, segundo nossa proposta, um diálogo entre gerações, a partir da análise das falas dos jovens e dos idosos que moram na cidade.

Foto 02 - Farra na Bodega - Monumento à Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga



Fonte: <http://www.lbv.org.br>

2. TECENDO O DIÁLOGO CONCEITUAL ENTRE A CIDADE DE CAMPINA GRANDE E SEU PATRIMÔNIO

Não pretendemos elaborar aqui uma análise mais profunda sobre as relações da Memória e do Patrimônio Histórico, devido a sua complexidade, mas a compreensão de noções básicas sobre elas é indispensável, visto que se constituem como suporte da produção do conhecimento histórico.

O estudo sobre as questões patrimoniais surge apenas na terceira década do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, junto às transformações ocorridas na escrita da História e do seu próprio conceito enquanto área do conhecimento. A chamada “história oficial”, encarregada de contar os grandes feitos e batalhas vencidas por seus heróis, constituindo o que a historiografia denominou de positivismo, dava aos vitoriosos o lugar de destaque nos acontecimentos sociais. Segundo esta visão tradicional, o historiador deveria ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos, tanto para notabilizar seus responsáveis, como para torná-los um modelo, um exemplo a ser seguido.

Neste sentido, os elementos constitutivos da identidade de uma dada sociedade deveriam atestar, através da materialização, isto é, nas edificações monumentais, sua superioridade, induzindo os cidadãos da alta classe, a se reconhecerem nisto e construírem seu espírito nacionalista. Visão esta escalonada, imposta de cima para baixo, sem consulta mínima à sociedade, intencionando negar o outro, inferiorizando-os ao lançarem mão de escritas excludentes que os silenciaram por longas décadas, negando-os a participação na construção da memória sociocultural, uma vez não reconhecendo como protagonistas dessa história.

Com a passagem da escrita tradicional positivista para o que se convencionou chamar de “história social”, o olhar do pesquisador deslocou-se para os demais atores sociais, tornando-os sujeitos históricos. Por volta de 68, com o movimento estudantil, os *Annales* - em sua terceira fase -, a partir da *nouvelle histoire* (nova história), mudaram o programa de pesquisas e aliado à sociologia, abordaram aspectos simbólicos e culturais da sociedade (REIS, 2000). As investigações no campo da história cultural, características das produções historiográficas nesta mudança de paradigma, foram buscar nos discursos dominantes, quais sejam dos vencedores, espaços, silêncios que mostrarão a pluralidade do real, através de outra

perspectiva teórico-metodológica que acredita que outras falas e vivências que cartografam a cidade de outra forma, não precisam permanecer invisíveis e inaudíveis.

2.1 Patrimônio, um conceito ampliado como objeto de análise

O interesse pelos acontecimentos do cotidiano, bem como, dos símbolos que os identificam, passa a ser objeto de estudo, interferindo inclusive na preocupação com a preservação da memória social. Nesta lógica, altera-se também a perspectiva do olhar para os monumentos, pois, apesar de continuarem sendo fonte para o historiador, agora não mais para legitimar um discurso de superioridade, ou serem única ferramenta de estudo, ou até mesmo elemento comprobatório dos fatos narrados, mas para subsidiar, o conhecimento sobre os aspectos característicos da sociedade em questão e a interpretação das tentativas de transmissão da memória.

É neste momento que a noção patrimonial sofre transformações, uma vez que, até então seu sentido era restrito, ligada aos bens ou a cultura das classes dominantes. Não só a abrangência do termo será ampliada, bem como o seguimento social que ele representa, como mostra Choay quando nos diz que:

[...] O patrimônio deixou de ser definido pelos prédios que abrigam reis, condes e marqueses e pelos utensílios a eles pertencentes, passando a ser definido como o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade (CHOAY, 2001, p. 11).

A reelaboração da temática patrimonial exigiu também a mudança na nomenclatura do termo, numa preocupação com os limites que a expressão “Patrimônio Histórico e Artístico” poderia estabelecer, “pois há outros valores culturais que não se enquadram na terminologia antiga” (ORIÁ, 2003). Fala-se então de Patrimônio cultural constituindo dessa forma uma concepção mais abrangente.

Para o historiador Camargo:

Patrimônio cultural em qualquer sociedade é sempre produto de uma escolha e, como toda escolha, tem um caráter arbitrário. Resulta da seleção de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição. Considerando que artefatos culturais são, em princípio, objetos dotados de funcionalidade que se teriam obsoletos para nós, o patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos. Os símbolos precisam ser desconstruídos e interpretados para apreendermos o seu significado.

Neste sentido são igualmente significativos os bens nacionais já consagrados, tantos quanto os regionais ou locais (CAMARGO, 2002, p. 95).

Sendo assim, partindo do princípio de que são as escolhas que definem os artefatos culturais, destacamos como determinante a seletividade que acompanha o reconhecimento daquilo que irá simbolizar uma sociedade e alarga, inclusive, os valores que em conjunto caracterizariam o patrimônio cultural. É importante destacar que o autor nos chama a atenção para a preocupação que devemos ter com esses signos, pois, não se trata de julgar como mais ou menos importantes, na verdade precisamos estudar os mesmos, desconstruindo-os e interpretando-os.

Sobre esta preocupação fala também Segala, indicando ser esta uma atitude que nos levará a melhor compreendermos o que vem a ser e qual o papel do patrimônio, além da necessidade de colaborarmos com as políticas preservacionistas. Para ela:

[...] Passamos hoje de um patrimônio de tipo nacional a um patrimônio de tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico ou comunitário. A ideia de preservação de um bem cultural se articula, pois, estreitamente, ao seu conhecimento e ao seu uso social, à ciência e à consciência do patrimônio (SEGALA, 2006, p. 01).

Neste sentido, percebemos que as mudanças em relação ao conceito são decorrentes da forma como a mesma é apropriada pela sociedade, ou seja, é o seu uso social o determinante. É da relação do indivíduo formador da sociedade com o bem cultural, que se elabora o que deve constituir um patrimônio e por este reconhecimento, nomear qual a categoria de seus elementos. Essa apropriação de que estamos nos referindo é definida por Chartier como práticas de produção de sentido, dependentes das relações entre texto, impressão e modalidades de leitura, sempre diferenciadas por determinações sociais (CARVALHO apud CHARTIER, 2005, p. 156).

No desdobramento desta discussão, nasce uma espécie de compartimentação dos bens patrimoniais, numa tentativa de melhor classificá-los, advinda de duas categorias ditas: tangível e intangível. Entretanto, Lemos após observar estudos anteriores de Hugues de Varine-Boham, assessor internacional da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization –

Tradução: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura) sobre a determinação do que caracteriza patrimônio histórico, aponta que:

sugere o professor francês *Hugues de Varine-Boham* que o Patrimônio Cultural seja dividido em três grandes categorias de elementos. Primeiramente, arrola os elementos pertencentes a natureza, ao meio ambiente [...]. O segundo grupo de elementos refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural [...]. O terceiro grupo de elementos é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer (LEMOS, 2004, p. 8-10)

A primeira categoria que caracteriza patrimônio abrange aquilo que é natural e que o homem necessita para sobrevivência, correspondendo aos elementos básicos para a vida na terra, chamado então de patrimônio imaterial ou intangível. A segunda categoria interessa-se pelo saber fazer, a “receita do bolo”, ou seja, o passo a passo que se transforma em tradição ao ser passado através da oralidade, para as gerações seguintes.

A terceira categoria refere-se aos bens palpáveis, que servem como documento material para comprovação da existência de determinada cultura ou sociedade, ou seja, documentam a memória de um povo, incluindo a utilidade deste bem como fonte de estudo, por conseguinte, objeto de análise, na medida em que sua produção, comercialização e utilização desperta a curiosidade do pesquisador quanto às causas da criação do mesmo, numa dada época.

Desta forma, o patrimônio material seria tudo aquilo que uma sociedade produziu, concretizado através de, por exemplo, utensílios, vestimentas, edificações - este chamado de “pedra e cal”- simbolizando, demarcando traços da cultura. Sobre este último é que nos interessamos nesta escrita, não por elegermos o mesmo como representante absoluto de fonte de pesquisa, mas por caracterizar-se marcadamente na questão do trato da história local e principalmente na problemática da preservação dos bens materiais que auxiliam no estudo da nossa história. Entendemos o Patrimônio Histórico Cultural Material como instrumento de identificação da cultura local, pois, expõe e conta a história de uma cidade através de seu conjunto arquitetônico.

[...] a pluralidade de fragmentos temporais escritos no espaço urbano, favorece uma percepção histórica da sociedade, isto é, não um mero conhecimento do homem do passado, mas um entendimento do caráter

temporal das realizações humanas. O patrimônio pode atuar como um valioso recurso na utilização da memória como fonte para a reflexão histórica. (FILHO, 2003, p. 27)

Tomando como parâmetro as leituras de definições da UNESCO, embora redigida em termos genéricos como toda definição, permite a visão geral desse longo universo abrangido pela expressão patrimônio cultural. De modo que o significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humano.

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural"(IPHAN, 2011).

2.2 História e implantação do processo de modernização em Campina Grande

Trabalhar com a história, quando temos a cidade e seus habitantes como objeto da pesquisa é mais do que opção é o papel social do historiador. Ações que visem valorizar a história do lugar são importantes para que os cidadãos possam conhecê-la e preservá-la, sentindo se estreitamente relacionados com este. Conforme Lemos (2004), nós pesquisadores, cidadãos de uma maneira geral,

devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio cultural. Essa é a justificativa do porque preservar o patrimônio cultural (LEMOS, 2004, p. 29).

O crescimento dos centros urbanos a partir do século XX e a revitalização dos mesmos em várias partes do mundo trouxeram um novo olhar sobre as cidades. Neste sentido, as cidades deixaram de ser para o homem apenas o espaço de concentração de pessoas, para transformar-se em cenário da modernidade assim, como *lócus continuum* de manifestações culturais.

As transformações urbanas ocorridas nas cidades brasileiras, com destaque para o Rio de Janeiro, que se estruturou nos moldes parisiense e, posteriormente, tornaram-se modelo para outras cidades em diversas regiões de nosso país. Seus desdobramentos fomentaram discussões a cerca inclusive da identidade nacional,

que neste cenário, se forjava permeada do discurso de civilidade advindo de correntes progressistas.

É em mais um momento de renovação da história que se processam os estudos da cidade como objeto. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, entre outras, serão palco das transformações urbanísticas, causando questionamentos para os intelectuais que assistiram a tais mudanças. Cidade e modernidade serão temas que se entrelaçam na escrita da história.

A definição conceitual de cidade está para além da perspectiva material, isto é, do conglomerado de casa, estabelecimentos comerciais, escolas, parques, igrejas etc., o conceito abrange as tramas sociais produzidas no cotidiano, criando assim a identidade local. Posto isto, compreendemos que:

a cidade pode ser entendida como uma megaorganização, conjunto de várias organizações reais e virtuais, concretas e simbólicas, simples e complexas, transitórias e permanentes, singulares e diversas. Organizações que se relacionam entre si, estabelecem redes de aliança ou de rejeição, dependendo dos valores de referência, dos objetivos, da situação e do momento vivenciados (SIMÃO apud FISCHER, 2006, p. 81).

Estamos tomando a cidade do Rio de Janeiro como parâmetro, modelo cultural, para fazermos uma leitura sobre o processo de modernização da cidade de Campina Grande, dando destaque à gestão administrativa de Vergniaud Wanderlei, entendendo que houve um consenso entre os estudiosos da escrita da história de Campina Grande, a influência do grande centro que é o Rio de Janeiro, no traçado urbanístico da cidade em foco. Características como crescimento do contingente urbano, em decorrência das imigrações e migrações para as cidades de todo o país – atraídos pela perspectiva de melhorias de vida nos grandes centros –, sem que houvesse infraestrutura adequada, são alguns dos aspectos que leva ao comparativo.

Acrescente-se a ausência de um plano político e social de urbanização que incluísse todas as camadas da sociedade que começava a se delinear numa realidade que já não se dava isoladamente, mas caracterizava a formação da sociedade brasileira.

Em termos de fisionomia social das cidades, a conglomeração de populações adventícias vindas dos mais diferentes lugares aumentava a impressão de desordem cidadina, provocando uma espécie de mal-estar

generalizado entre as autoridades e os setores dominantes (WISSENBACH, 1997, p.92).

Os chamados “homens da ciência” defendiam a reforma do Rio de Janeiro diante da situação de epidemias que a cidade vivia, assim, o então governo republicano, representado por Rodrigues Alves nomeia, em 1902, para prefeitura do distrito federal Francisco Pereira Passos, um engenheiro formado em Paris, onde este havia presenciado as reformas urbanas daquele centro. Como dissemos anteriormente o Rio de Janeiro se apoia nos traços desenhados por Paris, pois o aparelho administrativo carioca havia vivenciado alguns momentos do processo de modernização da capital francesa.

Importa esclarecer que pautamo-nos na definição de Marshall Berman sobre o que caracteriza viver a modernidade. Conforme sua visão:

ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão permanente de desintegração e mudança de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (BERMAN, 2007, p. 24)

Assim, o conceito de modernidade compreendido por nós se baseia nos seus estudos que definem esta experiência como “um complexo de estruturas e processos materiais – políticos, econômicos, sociais - que, em princípio, uma vez encetados, se desenvolvem por conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos e da alma humana” (BERMAN, 2007).

O que a historiografia chamou de “discurso higienista” pregava a limpeza da cidade englobando aspectos espaciais e sociais, pois, como escreve Oliveira (2008), a população pobre era identificada como barbárie, selvageria, primitivo e dentro da cidade moderna projetada pelos reformadores do início do século, não haveria lugar para tais aglomerações.

“O Rio civiliza-se” a fase famosa na época nomeia as políticas públicas de modernização numa busca de europeização do centro urbano. Desapropriações, demolições e desmontes foram iniciados, causando inúmeros conflitos no acerto de contas com os proprietários. Ruas foram alargadas, casarões deixados por

moradores originais ocupados pelos populares, cortiços, becos, todos os espaços que haviam sido apropriados para formas coletivas de moradias, considerados insalubres pela política sanitária, foram destruídos para apagar dos cartões postais das cidades qualquer sinal de desorganização e atraso.

O cenário era a Revolta da Vacina (1904), que tornava obrigatória a imunização da população através da vacinação, o que nos leva a imaginar o clima de confronto que pairava na cidade no momento de transição de sua estética, pois a população não foi consultada, nem orientada a respeito da proposta governamental, muito menos incluída.

Vale ressaltar, porém não aprofundar a discussão por diferir da proposta desta pesquisa que, ao contrário do que se pode concluir, as camadas populares não se mantiveram acuadas, inertes aos caprichos de uma sociedade excludente. Fazendo barulho, para se tornarem visíveis, manifestações que reclamavam o reconhecimento dos mesmos como cidadãos, tomaram as vias públicas.

Em que pese a capacidade que os sanitaristas da época tiveram de controlar e extirpar doenças endêmicas, como por exemplo, a febre amarela e a varíola, a cada intervenção a mobilidade crescia, e cresciam também as resistências e os protestos. Protestos estes que poderiam se manifestar em simples impérios dirigidos aos agentes sanitários até rebeliões mais contundentes, como as que marcaram a cidade do rio de Janeiro no ano de 1904, ou motins populares ocorridos em Santos, em 1889, em que se mesclavam as reivindicações das primeiras greves de estivadores com exigências de maior atenção aos doentes atacados pela febre amarela (WISSENBACH, 1997, p. 107).

Semelhante ao que acontecera na capital carioca, o processo civilizador/modernizante alcança Campina Grande. Aqui se faz necessário percorrer, ainda que numa vista panorâmica, o caminho do progresso feito pela cidade, até que cheguemos ao nosso recorte temporal.

Em 1699, voltando do sertão para a sede da capitania, arranchou sua gente no lugar Campina Grande, por causa de água, perto de uma aldeia missionária. Trazia consigo os índios Ariús, tratando com crueldade, matando a muitos e utilizando os demais como escravos e soldados contra as demais tribos da região. Neste lugar começou a se originar uma comunidade que era um misto de povoação e aldeia. (MELO, 2005, p.01)

Fundada pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, a aldeia de Campina Grande se reconhecerá vila somente um século depois, pelos descendentes de Teodósio que, para essa condição subscreveram requerimentos ao governador e

ouvidor da capitania arrolando os bens que constituiriam a primeira lista de patrimônio de Campina Grande.

Entretanto, como pontua Almeida (1978):

Campina Grande não era simplesmente um pouso, um lugar de descanso para os animais e tropeiros. Mas a estalagem, a parada obrigatória, o ponto terminal da longa caminhada. Aqui operavam-se as permutas, as trocas comerciais. Vendiam-se os produtos do sertão, principalmente algodão, couros, queijos, e compravam-se as mercadorias para o abastecimento da zona seca, em maior quantidade gêneros alimentícios, de preferência rapaduras e farinha de mandioca (ALMEIDA, 1978, p. 107).

Foto 03 – Monumento aos Pioneiros



Fonte: <http://www.lbv.org.br>

Chegam à serra da Borborema tropas de burros, chamados tropeiros ou mascates, carregados de produtos agrícolas, peles, couros e gados com o objetivo de vender ou trocar na feira local, que se tornou de fácil acesso pela flexibilidade das entradas e passagens da cidade. Campina Grande se tornará entreposto comercial dos que se deslocam do Sertão, Brejo e do Litoral (Ver figura 03).

A “Vila Nova da Rainha”, criada em 1790, vivia, até então, da produção pecuária. Região propícia para cultura de mandioca estimulou o povoamento, primeiro com casas de taipa e aos poucos surgindo ruas, como as Barrocas e posteriormente uma pequena feira, com o desenvolvimento da agricultura de farinha, a vila torna-se centro comercial do produto.

Foto 04 - Feira na Rua Venâncio Neiva

Fonte: <http://www.cgretalhos.blogspot.com>

Atingida pela seca que assolou o nordeste em 1825, Campina urgia de um reservatório de água que comportasse as necessidades do seu número de habitantes e demais frequentadores de seu comércio, para isto sendo enviada a quantia de dois contos de réis pelo Ministro do Império, concluindo a obra em 1830. A construção não foi suficiente, mas o alargamento da bacia hidráulica só foi concluído dez anos depois.

O Açude Velho foi considerado o maior reservatório público da localidade por várias décadas daquele século, suportando o abastecimento do lugar, de seus visitantes e às estiagens (ver mapa 01).

Durante muitos anos, pelo restante do século, constituiu o Açude Velho o maior reservatório público do planalto da Borborema. Foi o elemento que assegurou a sobrevivência da vila e depois, durante decênios, a da cidade. Servia para tudo e para todos, ao lugar e aos de fora. Era o recurso único da população nas épocas de estiagem, utilizada a água para todas as necessidades. Não havia outra fonte onde o gado das cercanias dessedentar-se (ALMEIDA, 1978, p. 106).

Todavia, mais de meio século depois, não resistindo à contínua falta de chuva, a fonte secou. Apesar do clamor dos setores representantes da sociedade em apelo inclusive à autoridade episcopal e algumas iniciativas de limpeza e desobstrução do açude a situação não foi revertida. Somente no governo de Cristiano Lauritzen, com o crescimento que a estrada de ferro trouxe, em 1912, o

o qual gerava vultosa riqueza ao ser produzido e posteriormente exportado através dos portos de Recife e Cabedelo, em alta escala, para vários mercados europeus e norte-americanos. Essa relação econômica somente se sustenta possibilitada pela Guerra de Secessão dos Estados Unidos quando se faz necessária a busca de novos mercados fornecedores da matéria-prima utilizada nas indústrias têxteis.

Mapa 03 – Localização da Estação Ferroviária Great Western, 2011



Fonte: <http://www.google.com.br/maps>

Já na década de 1930 o comércio de algodão, chamado ouro-branco, consolida ainda mais o centro de atividade mercantil. A cidade era considerada a “Liverpool” do Brasil, como um dos principais polos da economia paraibana, e nesse momento, as feiras livres desempenhavam o papel de entreposto econômico, de troca de mercadorias, com o crescimento do comércio e a elevação do povoado à vila, a feira central de Campina Grande concorre com as feiras de Areia (PB), Icó (CE), Timbaúba de Mocós e Limoeiro (PE).

As transformações na infraestrutura de Campina Grande aconteceram no período de 1940/45, no governo de Vergniaud Wanderley, nacionalmente asseguradas pelo ditador Getúlio Vargas e acompanhadas pelo interventor do Estado Rui Carneiro, o que respaldava suas medidas de execução.

O momento era de urbanização e modernização. O desenvolvimento se processou através da implantação de empresas, casas comerciais, organização de entidades culturais e assistenciais e foi ampliado quando em novembro de 1940 o governo federal deu início à construção da Rodovia João Pessoa – Campina Grande (BR 230) (CÂMARA, 1988). Houve também, nesta época, a instalação da sede da

Divisão do Fomento Mineral, fundação da Associação de Proteção e Assistência à Infância e inauguração do Grande Hotel. Ao mesmo tempo em que se estruturavam novos bairros como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes, recém-chegados à cidade, levantavam-se bairros ocupados pelos comerciários e operários, como José Pinheiro, Bodocongó e Liberdade (ARAÚJO, 2000, p.80).

A vida comercial funcionava em torno de dois meios de transporte do produto em questão: o primeiro era o cavalo, melhor dizendo as tropas de burros, vinha do Sertão, Cariri, Agreste e Litoral do nosso Estado, trazendo os caroços de algodão para serem descaroçados e armazenados em fardos. O segundo era o trem, apelidado de “Cavalo de aço”, com velocidade de dez cavalos de força, levava os fardos de algodão para serem exportados pelos portos os quais citamos a cima. Mais tarde (1940), segundo surgia a necessidade de mais rapidez no transporte e, conseqüentemente nas transações comerciais, os cavalos deram lugar aos caminhões e sua via de acesso, a BR 230, ligando o Estado por rodagens.

Nesta realidade, o progresso chegava junto à implantação de serviços como bonde, luz elétrica, escolas públicas e particulares, universidades, hospitais, calçamentos, esgoto, saneamento básico, entre outros serviços (CAVALCANTI, 2000, p. 68). O lazer também se configura como uma necessidade própria de grandes cidades, assim o Cassino Eldorado foi inaugurado, lugar bastante atrativo para a elite algodoeira nas noites frias da cidade. Posteriormente a cidade ainda recebeu as festas de carnaval, os cinemas, os artistas e as difusoras (rádios).

O crescimento demográfico de Campina Grande acompanha este desenvolvimento. Seja pelo crescimento comercial, ou pela oportunidade de cursar o ensino superior - com a criação da Universidade Regional do Nordeste (URNE), mantida pela Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), muito bem conceituadas nacionalmente – e até mesmo pelo clima, Campina atraía um número cada vez maior de pessoas destinadas a ter uma vida melhor. Contudo, o adensamento de populações se deu sem que houvesse uma correspondência na expansão da infraestrutura citadina, o crescimento se deu de maneira desordenada, originando moradias irregulares e insalubres, o que gerou conflitos entre a população e o poder público que tentava produzir uma cidade-retrato da modernidade.

Como ocorrido nas grandes cidades brasileiras, a exemplo de Rio de Janeiro e São Paulo, que seguiram os passos da sedutora Paris, Campina Grande foi

“construindo-se, vestindo-se e travestindo-se com a própria *imagem de modernidade!*” (CAVALCANTI, 2000, p. 70), que se tornava possível pela moderna política brasileira, num país republicano e pós-abolicionista. Ao lado do progresso veio a “política do bota a baixo” de Vergniaud Wanderlei que tentava viabilizar projetos de modernização através do embelezamento e europeização dos cenários centrais (WISSENBACH, 1997, p. 92).

Becos, vielas, cortiços e tudo que representasse atraso para a cidade foi demolido em conformidade com as práticas higienistas burguesas que emergiram naquele momento. Os anseios burgueses custaram caro à cidade e aos seus habitantes, pois, tão logo se processaram as interdições e demolições o desrespeito aos cidadãos, no que se refere ao seu direito de propriedade, tornou-se a ordem do dia. Assim, a cidade pagava com a destruição dos seus símbolos populares que representavam a participação dos mesmos na construção da história local.

Acreditando ser justificado pela chegada da civilização através urbanização, o prefeito lançou mão de práticas de abuso do poder e conforme Cavalcanti (apud Dinoá 2000): “desapropriou, comprou e até prendeu pessoas”. “A cidade moderna devia ser entendida como uma cidade sem memória, sem tradições e os laços que a uniam ao passado” (WISSENBACH, 1997, p. 97). Neste sentido, a inadequação do espaço urbano, segundo a lógica dos novos tempos, explicava as transformações que iam atropelando, silenciando a memória e remodelando o cenário da cidade.

Por vezes aclamado, outras tantas criticado, o governo de Vergniaud Wanderlei ia delineando a cidade desobstruindo suas artérias, alargando ruas, marginalizando as camadas populares e educando seus habitantes, através de denúncias da própria população contra tudo aquilo/aqueles que obstaculizassem o processo civilizador, para assim contribuir com o novo tempo em Campina Grande.

“Alô, alô minha Campina Grande quem te viu e quem te vê não te conhece mais, Campina Grande está bonita, está mudada, muito bem organizada e cheia de cartaz. Recebe turista o ano inteirinho, aos seus visitantes trata com carinhos, quem vai à campina pede para ficar, tem muitas meninas para se namorar quem se amarra nas garotas não sai mais de lá...” (Jackson do Pandeiro).

Figura 05 – Vista aérea de Campina Grande



Fonte: [http:// www.aeroportosbrasil.blogspot.com](http://www.aeroportosbrasil.blogspot.com)

3. CONHECENDO PARA PRESERVAR: CAMPINA GRANDE COMO UM “MUSEU A CÉU ABERTO”

Há uma carência de pesquisas de historiadores, preocupados com a questão patrimonial, que lancem o olhar para as cidades, uma vez que elas são muito mais contempladas pelas discussões e reflexões dos arquitetos. Parafraseando Maria Luiza Dias (2005), a cidade guarda também, fragmentos de algo que não lhe pertence, mas que em algum momento fez parte de seu tecido e que permanece latente, visam na memória dos seus habitantes, na memória de suas esquinas, de suas pedras e das suas casas.

Tomando a cidade como lugar de memória na qual, esculturas e construções são tomadas como monumentos, Campina Grande nos oferece a possibilidade de ser vista como museu de céu aberto.

3.1 Considerações em torno do conceito da cidade como “museu a céu aberto”

Na França do século XVIII criam-se os arquivos nacionais, tornando público os documentos da memória nacional. Neste momento, outros espaços de centralização de arquivos são criados nos demais países europeus e posteriormente as instituições próprias, isto é, especializadas, formadoras de profissionais para este fim.

Após algumas pequenas iniciativas de publicação dos arquivos, são criados os museus públicos e nacionais a exemplo da Grande Galeria do Louvre (1793) e *Conservatoire des Arts et Métiers* no século seguinte (1833) o Museu de Versalhes, na França e o Museu das Antiguidades nacionais de Berlim (1830) na Alemanha entre outros.

A expressão “museu a céu aberto” ou “museu ao ar livre”, nasceu em meados de 1870 na Escandinávia, referindo-se à natureza e a sua preservação. O mais antigo museu a céu aberto, em atividade, de que se tem nota é o Skansen (1891), em Estocolmo, que abriga em suas dependências um museu nórdico, parque zoológico, jardim botânico, aldeias com casas transplantadas, lagos e um solar. Atualmente existem mais de quatrocentos museus na Suécia e nos países mais próximos, além da França e Espanha.

No Brasil, museus com o perfil semelhante são encontrados em Campos do Jordão/ SP (Museu Felícia Leirner - 1978), onde esculturas da artista polonesa de mesmo nome adornam a natureza. Esse misto de paisagem natural e produções artísticas o enquadra como museu a céu aberto. Contudo, não somente estas características devem ser correspondidas para enquadramento na classificação, devem ser observadas ainda questões acerca da participação e valorização do espaço em todos os segmentos da sociedade, a preservação ampla dos patrimônios natural e construído, bem como a sedimentação e a divulgação das tradições e rituais característicos do local, elementos estes frágeis e os primeiros a se perderem quando não transmitidos (VERGOLINO, 2011).

No decorrer do século XX, a concepção do conceito de museu a céu aberto amplia-se, preocupando-se com a participação e valorização do local pela sociedade. Fala-se então, do que Hugues de Varine e Georges–Henri Rivière irão denominar de ecomuseus, caracterizados pela integração sociedade e natureza.

Ainda no âmbito nacional, temos um exemplo de museu a céu aberto que tem funcionalidade social. O Ecomuseu de Santa Cruz, criado na década de 90, no Rio de Janeiro, funciona atrelado à sociedade, onde esta usufrui proveitosamente de suas atividades. No mesmo modelo, a cidade de Belém/PA leva à sociedade a experiência de vivenciar o novo conceito de museu. Através da revitalização do seu centro e inclusão de praças, igrejas, palácios, mercado etc., além dos museus, em seu projeto turístico, a cidade transformou a visão de patrimônio público local, possibilitando aos seus moradores uma aproximação de seus bens e identificação com os mesmos.

O domínio pela população local, alvo da transformação urbana, do que pode significar o desenvolvimento do turismo, é uma forma de controle e conscientização necessária e depende de sua mobilização coletiva. Portanto, o envolvimento de todos os segmentos sociais no processo de implantação da atividade turística é determinante para o nível de sucesso ou insucesso da atividade, distribuição de riquezas ou concentração, melhoria ou deterioração da qualidade de vida local (SIMÃO apud DAMIANI, 2006 p. 68).

À semelhança do acontecido nas referidas cidades brasileiras, observamos em Campina Grande traços característicos deste, que podemos identificar como novo fenômeno social, qual seja, o museu a céu aberto. Apesar de não contarmos determinantemente com o turismo de pontos históricos, dispomos de um turismo de eventos que nos coloca em destaque no panorama nacional.

Não só as danças, as músicas, a culinária, o vestuário típicos do evento junino, como também a medicina popular, o patrimônio arquitetônico, as falas, os modos de viver e de se narrar, que são múltiplos, mas habita o mesmo espaço num mesmo cenário, isto é, o cotidiano da cidade, faz com que Campina Grande se encaixe também nesta outra ótica de “um museu a céu aberto”. A cidade é uma espécie de museu vivo, um patrimônio cultural, deve ser divulgado na mesma proporção em que o festejo.

Foto 06 - Noite de festa no Parque do Povo, onde se realiza “O Maior São João do Mundo”



Fonte: <http://www.a3entretenimento.com.br>

Ao sediarmos aquela que é considerada nacionalmente como a maior manifestação cultural de seu seguimento, o “Maior São João do Mundo”, instauramos a porta de entrada para visitantes das mais diversas origens, os quais, através do entrelace da própria prática cultural de realização da festa, com os espaços por ela ocupados, têm a oportunidade de conhecer a história local. Esse envolvimento da população com a realização do festejo é salutar para o desenvolvimento do potencial turístico do seu lugar, isto é, da cidade. É o que nos diz Simão nas seguintes coordenadas:

promover um trabalho de promoção interna, almejando o resgate do orgulho pelo lugar (...) Mobilizar todos os atores da cidade e fazer por acontecer ações imediatas, catalizadoras da opinião pública são estratégias que vêm demonstrando eficácia em alguns locais (...) (re)construção da imagem que a cidade tem de si mesma (...) identificação de todo o seu potencial intrínseco, ou seja, sua oferta turística (...) identificação da infraestrutura urbana (...)

Apropriação e reconhecimento do potencial pela população local (SIMÃO, 2006, p. 69)

É pela associação deste potencial turístico com a fisionomia urbana que tecemos a narrativa da nossa história, haja vista, as apropriações do corpo físico da cidade, feitas pelos idealizadores do festejo. Inclusive Lima conclui que,

a festa junina no espaço urbano, tal como acontece todos os anos na cidade de Campina Grande, pode vir a servir como um exemplo paradigmático e modelo de expressão em busca de um novo entendimento dos processos culturais e das manifestações populares não mais arraigadas a uma suposta unidade e homogeneidade, mas como uma multiplicidade de discursos e de práticas enquanto instrumento de poder na e para a instituição da festa (LIMA, 2008, p. 18).

Há, neste sentido, uma forma de apropriação de um elemento público característico da sociedade local e ressignificação através da relação de poder onde, a reinvenção da manifestação é possibilitada pelas constantes transformações culturais vistas na contemporaneidade. O turismo se configurará em instrumento propiciador de visibilidade da cidade.

Cabe aqui destacarmos a festa sob o olhar da economia, isto é, como lugar de investimento financeiro e, neste sentido, tratarmos a questão das políticas culturais inerentes a este empreendimento, executadas pela gestão pública. Em primeiro lugar ressaltamos a vastidão de análises sobre o conceito de política cultural, consideraremos, pois a linha sociológica por desenvolver contribuições relevantes a esse respeito. Em seguida pontuaremos a relação estabelecida entre a cultura e as políticas públicas que tornam possível a produção do turismo de eventos na cidade de Campina Grande.

Na política cultural emergem duas dimensões de relações sociais: a cultura e o poder. Da associação dessas dimensões nasce a política pública, concretizada no âmbito do espaço coletivo. Na articulação entre os serviços públicos (infraestrutura) e a participação da sociedade civil, cria-se um modo de relação com os bens culturais. O poder institucional formula as políticas públicas de viabilização das atividades culturais, através de um plano de gestão e a sociedade participa da efetivação dessas atividades.

As políticas culturais seriam:

um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento

simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social (FÉLIX E FERNANDES apud TEIXEIRA COELHO, p. 1).

Segundo o Ministério da Cultura (MINC) é necessário criar canais de diálogo entre empreendedores e os cidadãos de maneira geral para promover a participação dos diferentes setores da sociedade. Surge em 2003, o Sistema Nacional de Cultura que:

constitui-se num modelo que busca a gestão e promoção conjunta de políticas públicas democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, para promoção de desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (MINC, 2010).

A aplicação desse sistema visa chamar a atenção para o entendimento do significado da cultura popular, para que se possa propagar aquilo que é autêntico, sendo necessário então o debate entre os agentes culturais dos municípios para produção de ações culturais.

Pensando a realidade de Campina Grande:

a festa é instituída, por exemplo, dos quarteis, que sob o comando das milícias, disciplinam a ordem da festa; nos hotéis e no comércio locais, que exacerbam uma outra faceta do acontecimento junino: os ganhos econômicos, com a oferta da festa como um produto a ser consumido; na política do turismo, que adjectiva o turista como peça fundamental na e para a criação do evento; nas reuniões políticas, onde tática e estrategicamente 'estudam-se' formas e alternativas de saber e poder para fazer da festa um promissor ambiente para a construção de figuras políticas; nas esperanças e expectativas dos barraqueiros, para que o seu 'ponto' seja o mais requisitado e visitado pelos campinenses e turistas; nos trilhos do 'Tem Ferroviário' que transportam os forrozeiros em passeios bucólicos que mostram a paisagem deslumbrante da natureza da região Nordeste e da riqueza do folclore local; nos tablados que acolhem as quadrilhas juninas; nas alegorias dos desfiles e concursos juninos, que, no jogo da disputa, exacerbam as rivalidades, as competições e as lutas do cotidiano entre grupos, classes e indivíduos (Lima, 2008, p. 237)

3.2 Uma leitura da cultura patrimonial de Campina Grande: Identidade, memória e cidadania

Num primeiro momento precisamos nos deter a que concepção de cultura nós estamos nos valendo ao propormos estudar a história de Campina Grande pelo viés

dos estudos culturais. Sobre essa vertente teórico-metodológica desenvolvemos nossa pesquisa a partir da relação entre a cultura e a identidade cultural. Onde:

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada (HALL, 2004, p. 38).

Conscientes da polissemia do conceito de cultura, reafirmamos nosso recorte pela perspectiva da Nova História Cultural, que reconhece que a cultura não é apenas o acúmulo de tradições sociais, mas, uma construção de experiências que tem em sua fonte cognitiva a influência do lugar social do indivíduo. A cultura conforme trabalha Chartier seria uma prática cotidiana. A construção cultural, isto é, a apropriação cultural é realizada a partir das próprias representações que o sujeito faz do real. Dessa maneira, concebemos cultura não só enquanto conhecimento, erudição, mas, no sentido ampliado, onde o saber e o fazer interagem.

Sobre identidades culturais entendemos a emergência do seu conceito a partir do aspecto nacional, pois, “no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2004). É esta identificação nacional que permite ao indivíduo experimentar do sentimento de pertença, transformado através das representações, os símbolos em identidade. O “sistema de representação cultural”, ou as representações, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990).

As identidades resultam então do que Chartier explica como uma relação de forças entre as representações impostas pelos que detém o poder de nomear e classificar. A luta de representações nas quais existem imposições pela oficialidade do discurso, ou seja, “a memória em disputa” (POLLAK, 1987), nasce do conflito entre a “memória oficial”, isto é, a memória nacional e a memória dita subterrânea.

Halbwachs ao observar a linha de pensamento de Chartier nos mostra que a história oral viabilizará a pluralidade de leituras que podem ser feitas da memória, tornando essa concorrência um espaço de múltiplos discursos. As lembranças, até então silenciadas, mantidas através da oralidade, passada de uma geração para outra, de maneira não oficial, encontrarão na valorização dos estudos históricos das fontes orais, o momento propício para sua publicação.

Porém, é imprescindível deixar claro que nem sempre os discursos provenientes dos relatos orais contarão uma verdade que almeja o protagonismo, pois, não há ainda uma libertação total das amarras da sociedade, assim, o discurso oficial não será anulado em detrimento do discurso não oficial, mas este último encontrará uma abertura para tornar público outro olhar sobre o mesmo objeto, nos possibilitando, neste sentido, possíveis elucidações existentes nas lacunas da história oficial.

Partilhando desta compreensão empreendemos nossa pesquisa assentados nas contribuições da história oral, todavia, observando, as relações de poder existentes em nossa sociedade, onde as mesmas influenciam no conteúdo dos relatos. Buscamos, portanto, nas lembranças das redes familiares, trazer à tona memórias que disputam espaço com memórias institucionalizadas.

A partir do conceito de Michel de Certeau que afirma que as histórias de vida podem ser construídas através do homem ordinário, isto é, as pessoas comuns, nós estamos estabelecendo o diálogo entre o saber dessas pessoas e o sentimento das mesmas em relação ao patrimônio cultural de Campina Grande.

Na atual via de discussão sobre novas metodologias de pesquisa está a preocupação com a memória, sobretudo porque é ela quem guarda as marcas que os fatos históricos irão deixar na vida da sociedade.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder (LE GOFF, 1990, p. 476).

No Brasil a memória como objeto é recente, surgindo estudos apenas após a Segunda Guerra Mundial no sentido de se opor ao domínio da história metódica dita positivista. Com a formação dos Estados socialistas a questão social passa a valorizar depoimentos e histórias de vida de trabalhadores, de líderes sindicais e das minorias.

[...] ampliou-se a área dos documentos, que a história tradicional reduzia aos textos e aos produtos da arqueologia, de uma arqueologia muitas vezes separada da história. Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se *arquivos orais*; são coletados *etnotextos* (LE GOFF, 1990, p. 10)

A memória e o patrimônio histórico material estão atrelados, de maneira que o primeiro viabiliza a categorização do segundo, assim o patrimônio material é a expressão da memória de um grupo.

[...] Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber de reforçar coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo[...] (FLAKSMAN, 1989).

A memória é uma fonte para a escrita da história. Aquilo que uma sociedade relembra e identifica-se, construirá e reconstruir, a partir do convívio com vários grupos sociais, sua identidade cultural – característica de todos esses grupos – e este reconhecimento é que evita a perda de sua história. Daí a importância dos elementos constituintes de memória, por exemplo, do patrimônio material como símbolo da memória de um povo. O patrimônio material só se constitui enquanto tal, quando a memória estabelece o vínculo afetivo entre o cidadão e o objeto, através do sentimento de valorização daquilo que lhe traz lembrança. É a memória que dá suporte ao sentimento de pertencimento do indivíduo para com o seu ambiente.

Esta valorização foi percebida ao entrevistarmos a Sra. Zélia, 80 anos, professora aposentada, moradora do bairro São José há 60 anos, na cidade de Campina Grande. Quando indagamos sobre os aspectos físicos do bairro na época em que a mesma chegou ao local, utilizando suas lembranças como fonte para construção da comparação entre o ontem e o hoje, a colaboradora nos diz que:

Aqui o bairro tá muito desenvolvido pra vista do que era. Já tem bombeiros, polícia, hospital, faculdade pra vista do meu tempo. Que antes só tinha o Clementino Procópio, o grupo aí. [...] O bairro, quando eu cheguei, ele era muito atrasado. Não tinha... A única coisa que tinha era o grupo Clementino Procópio aqui na Rua Felipe Camarão e uma Igreja, ali a Igreja da Guia, mas era uma Igreja velha.

O mesmo sentido nós encontramos também na fala da Sra. Suzete Fernandes, 68 anos, e assim como nossa primeira colaboradora, é professora aposentada, residente no bairro da Prata há 50 anos, nesta cidade. Ao interrogarmos sobre a mesma temática quanto ao aspecto visual do bairro, a entrevistada nos responde:

Tinha poucas casas, por que... Já tinha o Estadual, acho que fazia pouco tempo que tinha sido inaugurado, não sei se foi em 54, 55... Por ai, mais ou menos... E, ai tinha as ruas assim, tinha essas ruas normal, agora “prali” pela... Onde... De lado pela Santa Clara, só tinha quase, residências poucas, muito terreno ainda. Ai pronto, você vê, esse bairro não tem assim, não tem muita praça, coisa de lazer não tem.

A memória aparece na sociedade de maneira individual e coletiva, segundo Maurice Halbwachs uma inexistente sem a outra. A memória individual se origina das várias ideias, reflexões que, por mais certeza que tenhamos sobre de onde a retiramos, ela nasce de diversos “pontos de referência” (POLLAK, 1989). As memórias - individual e coletiva - são responsáveis pelo reconhecimento dos símbolos que devem representar a nossa história. Para ele, “a memória humana abriga inúmeros conjuntos de recordações, cada um deles compartilhado por um grupo de pessoas que experimentou a vivência comum dos acontecimentos rememorados” (ROSA, 1993, p. 12).

Essa ideia é compartilhada com a fala da narradora a Sra. Zélia Leal, ao questionarmos a estrutura física do Açude Velho, também no período de sua chegada à cidade. Entremeadada à temática da representatividade do açude, aparece a recordação da criação do festejo junino, por realizar-se no entorno do reservatório de água:

O açude velho... O açude velho, quando eu cheguei aqui, daí a pouco tempo começou o São João. Era um açude que tinha uma ponte que a gente atravessava a ponte [...] Tinha uma pontezinha de madeira que vinha ali do açude ali por os coqueiros de Zé Rodrigues, chamava os coqueiros de Zé Rodrigues e ali tudo era como uma... O açude quando ele sangra... Sangrador... Passava por ali, o sangrador de água, até ia sair lá no açude velho o sangrador, agora aquele sangrador depois foram aproveitando, o primeiro São João mesmo, que eu me lembro, foi dentro de uma palhoça ali na beira desse sangrador, uma palhoça ai fizeram o São João e foram se animando, se animando até melhorar.

Ainda sobre o bairro a colaboradora a Sra. Suzete Fernandes destaca:

Na época que nós viemos “praqui”, só tinha uma lotação que chamava a marinete, de seu Genésio ali de cima da esquina ali, Genésio Soares, que tinha uma “marinetezinha” que fazia a rota por... Era como se diz o transporte, sabe? Quem não tinha carro, né? Era o transporte de se ir pra rua. Mas a gente ia muito mais a pé, perto né? E a gente novo tudo, com perna boa pra andar se deslocar pra lá e pra cá, pra festa mesmo, bingo que tinha lá, que fazia muito bingo ali no açude, o Açude Velho. Fazia ali do lado do São Vicente, ali, mais “prá” lá tinha muito parque de diversão essas coisas assim.

As narrativas falam dos acontecimentos vivenciados individualmente, isto é, para a memória coletiva houve a importância da manutenção do açude para as necessidades básicas da população, mas para a memória individual existem outros aspectos também relevantes ocorridos de forma distinta para cada morador da cidade.

Todavia, a memória é seletiva. É o alerta que Halbwachs nos faz sobre os caprichos da memória, haja vista as intencionalidades inerentes àquilo que se quer perpetuar como representante dos fatos sociais. Para Pierre Nora apud Moura, “a memória é um fenômeno cotidiano e inconsciente, ditatorial e organizadora, à medida que dita cada ação do indivíduo”. Isto explica, portanto, a produção de uma memória nacional dita oficial, responsável por provocar nos cidadãos sentimentos de nacionalidade, a partir da criação de uma identidade para o povo, ditando quais fatos ou lugares devem ser rememorados e preservados.

Na memória não oficial, a maneira como as relações com os fatos e os lugares também aparece, por exemplo, num sentimento saudoso, talvez de perda da identidade local, por ao longo do tempo, ocorrerem mudanças nos acontecimentos da cidade. É o que vemos na rememoração das práticas de lazer da Sra. Suzete Fernandes:

Em época de carnaval a gente ia vê o corso, os carros que passavam tudo, a gente não participava, mas olhava né? A gente só fazia olhar [...]. Desfile de sete de setembro que era muito bonito, né? Os desfiles... Que hoje em dia é mais, uma coisa assim mais, tem só “umas homenagem muito pouca”, né? Como se diz, é mais no aniversário da cidade, não é? No centenário de Campina teve muita festa na Maciel Pinheiro, acho que a gente passou o dia por lá andando.

Uma vez observada a seletividade da memória, nos deparamos com as diversas possibilidades de narração e escrita do processo histórico, o que nos faz crer que o reconhecimento ou o esquecimento dos “lugares de memória”, (NORA, 1993) são construções sociais elaboradas segundo o que convém ser recordado, abrindo margem para lacunas na história.

Entretanto, tal conveniência deve ser esclarecida, pois não estamos julgando que versão do passado é mais confiável, já que um historiador não busca uma verdade universal, “o historiador deve ter análise e discurso crítico sobre as manifestações da memória” (MOURA, 2009). Não cabe ao pesquisador fazer juízo, a ele compete atentar para a relatividade embutida nas produções historiográficas,

conscientizando-se de que alguns escritores têm maior ou menor relação com o objeto e principalmente quando se utiliza da metodologia da história oral “pois, esses relatos não são atos inocentes da memória, mas antes tentativas de convencer, formar a memória de outrem” (BURQUE, 2000). Assim, “Quando lemos narrativas de memórias, é fácil esquecer que não lemos a própria memória, mas suas transformações através da escrita” (BURQUE, 2000).

Há décadas a historiografia vem-se ocupando do resgate da memória dos vencidos. Da perplexidade em relação aos testemunhos de marginalizados, a história oral tendeu a considerar utopicamente seu trabalho. Ao dar voz aos vencidos, acreditou estar abrindo mão do espaço do cientista para que o outro falasse e, assim, redimisse o grupo. No entanto, o historiador continua a comandar o processo do conhecimento ao selecionar depoentes, recortar temas, reescrever falas e construir a explicação histórica a partir do que generosamente lhe foi oferecido (JANOTTI, 1993, p. 12).

Como se trata de uma pesquisa que aborda uma problemática que lida com dados construídos a partir de elementos da subjetividade, nossa abordagem tem maior ênfase se inserida na perspectiva qualitativa. Expondo os elementos que dizem respeito ao caminho que trilhamos, isto é, as estratégias investigativas propriamente ditas são: a construção de dados, o plano a ser desenvolvido passo a passo, a apresentação do campo empírico. A construção dos dados foi feita e a partir de procedimentos como entrevistas, observações livres e análise das entrevistas e questionários. Na coleta de dados lançamos mão de várias estratégias, tais como: conversas, informações, encontro de estudo, observações livres por serem feitas na comunidade. A ênfase é a oralidade, segundo a metodologia da história oral.

A retomada dos estudos da História Oral pelos historiadores é decorrente da crise das referências teórico-metodológicas das últimas décadas, em outros campos de conhecimento como a antropologia e a geografia e da sociologia constituindo-se certa migração e fonte rejuvenescedora para a História.

Bosi ressalta em seu livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos tempos*, a riqueza da fonte oral ao afirmar que:

por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é mais a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor (BOSI, 1987, p.55)

Os diferentes conjuntos de memórias presentes em um único depoimento permitem penetrar nos inúmeros universos das relações sociais (JANOTTI, 1993). Essa riqueza pode ser observada através da fala dos moradores quando trazem através da memória fatos importantes da História de Campina Grande.

Sobre esse conjunto de memórias inerentes a memória, podemos destacar a percepção da colaboradora a Sra. Suzete Fernandes, quanto ao fato da interrupção da construção de uma edificação muito luxuosa em seu bairro, atribuída, segundo a população local, a um mau presságio tido pelo proprietário no imóvel:

disse que o pessoal sonhou que se terminasse morriam, o dono... Hoje tão fazendo prédio, já tá muito cheio de Edifício lá né? Que é preciso a gente se orientar, como se diz, se orienta por causa do Estadual da Prata a gente se orienta, do local, porque já mudou tanto... [...] Diz o povo é, diziam aqui, eu não conheci ninguém deles, né? Mas, diz que falaram que quando terminassem morriam aí nem terminaram não, ficou abandonado.

Segundo Meneses (2004) a ação de interpretar o patrimônio cultural de indivíduos é tão antiga quanto o próprio ser humano. Desde os primórdios das jornadas coletivas a história dos povos é transmitida oralmente de geração em geração, as formas de transmissão se davam através de sinais, objetos, escritas.

Dar voz as pessoas comuns, ademais, como nos diz Michel de Certeau: “aquele que é todo mundo é ninguém, as suas representações e a sua história de vida são narrativas que quando se tornam lembranças são permeadas do saber do prazer de poder reviver momentos de sociabilidade, sensações, sentimentos”.

Ao lembrar a sua trajetória, da forma mais completa possível, o depoente se esforça na construção de sua própria identidade, que é resultado de um processo de apropriação simbólica do real. Ao contar suas experiências e emitir suas opiniões, ao conferir sentido aos gestos, o ator se torna sujeito de seus próprios atos, percebendo seu papel singular na totalidade social em que está inserido (JANOTTI, 1993, p. 13).

A tentativa lembrar sua trajetória foi feita pela nossa narradora, a Sra. Zélia Leal ao nos responder sobre sua mudança para residir em Campina Grande, para nos situar sobre sua relação com a cidade, permitindo-lhes construir suas identidades:

minha infância foi lá em Pernambuco, foi. Cheguei aqui com 20 anos de idade [...] Agora meus meninos são filhos daqui, dessa casa mesmo, desde que eu cheguei que “tô” nessa casa [...] Meus meninos nasceram, se criaram, se formaram. Já sou bisavó, tem meus netos tudo aqui, mas as eu toda vida morei aqui, no bairro São José [...] eu negociava e essa esquina daí eu comecei a negociar ali e me dei bem, ai pronto, fiquei negociando, negociando, até um dia, ele não poder mais negociar, ai entreguei ao menino que eu criei... Ai como eu gosto muito do São José, que é um bairro calmo, tranquilo, preferi ficar aqui.

A História Oral não deve ser confundida com a própria narrativa que se colhe dos depoentes. Le Goff define que a entrevista deve ser vista como um “documento-monumento”, por ser produzido intencionalmente, como feito com os monumentos comemorativos, por exemplo, que são construídos para perpetuarem a recordação. Ao escolhermos o entrevistado estamos selecionando uma memória a ser monumentalizada. Do mesmo modo o entrevistado escolherá palavras, maneiras de se expressar e etc., dando sentido para os acontecimentos da maneira como eles o percebem.

Existem, portanto, intencionalidades de ambas as partes. É necessário o cuidado com as interpretações. Diz Le Goff que “O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando lhe o seu significado aparente” LE GOFF (1990).

3.3 Educação patrimonial como instrumento de construção da cidadania

Uma das vertentes da memória da sociedade, a de patrimônio cultural abrange um vasto universo e inclui noções distintas. Originalmente era relacionada à herança material das famílias. Ampliada da esfera do direito privado para o público, no século XVIII, “patrimônio” passaria a expressar o conjunto de bens materiais – edifícios, logradouros, obras de arte coleções documentais – cujo valor foi reconhecido pelo poder público, tornando-se, por isso, objeto de proteção jurídica advindo do tombamento.

Quanto á política preservacionista, temos em nosso país um histórico de tombamento elitista e por assim dizer, excludente baseado na concepção de história dos anos 30 (Era Vargas), quando a legislação patrimonial é elaborada. A historiografia vivia sua fase positivista, onde as classes dominantes estabeleciam os padrões a que os bens deveriam seguir e os critérios utilizados passavam longe da preocupação com a representatividade que a população deveria ter, seja ao dar

visibilidade de sua participação nos acontecimentos ou na preservação dos seus espaços de vivências cotidianas.

Nesse período, assentado sobre a base da teoria do movimento modernista, a preocupação com criação de uma identidade nacional, fez recair sobre a noção patrimonial a ideia de que grandes símbolos deveriam despertar no cidadão um orgulho patriótico e como numa via de mão dupla, produzir um registro de nascimento para o Brasil. Essa iniciativa perpassou todas as áreas da cultura, indo da música, danças, festividades, vestuário, comidas à religiosidade, cor (etnia), lazer e até a escrita, vocabulário e trajeito das pessoas, o que nos leva a entender o quanto identidade e patrimônio estiveram associados, de modo que cada aspecto formador da “cidadania” tornava-se um elemento simbólico.

Essa tentativa de uniformização acabou por padronizar a figura daquele que seria o nativo, chamado então de “brasileiro”, criando assim uma cultura própria capaz de retratar a nação. Como a ênfase dada pelo modernismo era a produção artística, os monumentos e núcleos urbanos dotados de uma arquitetura estilística original, foi o reflexo perfeito de uma história que se queria exemplar, relegando ao silêncio todos os outros aspectos representantes da verdadeira pluralidade cultural que realmente configurava a brasilidade. Criava-se uma memória histórica baseada na noção de que “patrimônio histórico e artístico” estava relacionado aos bens móveis e imóveis.

Nasce o SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), posteriormente chamado de IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por alteração do órgão para instituto, pelo Decreto Lei nº 25/37 escrito num anteprojeto pelo Ministro da Educação Mário de Andrade. A definição de patrimônio contida no corpo do texto das determinações preliminares - estas mesmas diretrizes continuam regendo o órgão na atualidade – explica que,

entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros residentes no Brasil (MEC/SPHAN/FNPM, 1980, p. 91).

O instrumento de proteção aos bens, dito “tombamento”, categorizava os mesmos em quatro livros, porém sem especificar claramente a composição de cada um destes, todavia, nos primórdios das atividades do instituto, segundo as

concepções contemporâneas aos seus gestores, priorizou-se o reconhecimento dos monumentos arquitetônicos, deixando uma listagem extensa.

O que podemos observar é o distanciamento da população em relação às práticas políticas do IPHAN, sinalizado desde o início da atuação do instituto. Esta realidade corresponde à própria natureza do órgão institucional, uma vez que o interesse partia dos grupos dominantes do aparelho burocrático brasileiro que, por outro lado, invisibilizava quem deveria de fato opinar, participando efetivamente da construção da memória nacional. Talvez esta máxima se desse pela influência da corrente teórica da época, como discutido anteriormente. Porém, atualmente deve haver uma reversão do quadro, de maneira a lançar mão de iniciativas que incluam os principais sujeitos históricos no salvaguardo da memória.

Temos, a se descortinar, uma parceria que pode dar certo, qual seja, a educação patrimonial aplicada nas escolas. O trabalho prescinde a mobilização dos estudiosos da temática do patrimônio e da população, para que medidas realmente eficazes sejam tomadas em prol da preservação. Um caminho que indicamos para obtermos êxito nesta batalha, que já se faz histórico, é a educação patrimonial no ambiente escolar, por considerarmos a escola como lócus privilegiado para exercício e formação da cidadania. Processo esse que se traduz pelo valor atribuído ao papel da memória, e também do conhecimento e valorização dos elementos que compõem nosso patrimônio cultural.

O próprio órgão responsável pela proteção dos bens considerados nacionais, o IPHAN, incentiva e apoia o estudo do patrimônio cultural, segundo informações divulgadas na rede de comunicações:

O Iphan busca formas de implementar uma postura educativa em todas as suas ações institucionais. Isso significa que o Iphan espera que cada vez mais suas representações espalhadas por todo o território nacional, funcionem como centros de diálogo e construção conjunta com a sociedade de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio cultural. O projeto Casas do Patrimônio é a principal iniciativa nesse sentido (IPHAN, 2010).

Dentro do instituto, o setor responsável especificamente pela educação patrimonial é a Gerência de Projetos e Educação Patrimonial – GEDUC, com sede em Brasília.

A atual tendência metodológica do ensino de História é a abordagem culturalista, perspectiva esta adotada pelos PCN's desde a década de 1990. Este

tipo de abordagem propõe trabalhar o conhecimento partindo do lugar social do aluno, para que este observe seu papel dentro dos organismos sociais e compreenda a construção de sua própria identidade.

A experiência que tivemos com uma iniciativa educativa de abordagem culturalista pelo estudo do meio, no ano de 2008, nos dá respaldo para defendermos tal ação, que consideramos antes de tudo social, por tratar-se diretamente dos interesses da população, pois compreende seus bens enquanto cidadãos. O nosso objetivo ao elaborarmos o projeto intitulado **“A cidade visível e invisível: patrimônio histórico, identidade cultural, memória e cidadania”**, era o desenvolvimento dos jovens da escola pública através de oficinas e discussões sobre o que se caracteriza como patrimônio cultural.

A proposta básica foi estabelecer um processo de interação entre a comunidade acadêmica e o aluno da escola pública, conscientizando-os quanto à preservação do patrimônio cultural de sua escola, comunidade e cidade. Constatamos que há um profundo hiato entre o cotidiano social e o que se discute na academia, principalmente o entendimento do que representa o patrimônio cultural por parte daqueles que seriam os atores sociais de sua comunidade, o que reafirma a relevância de nossa iniciativa quanto a reverter essa máxima.

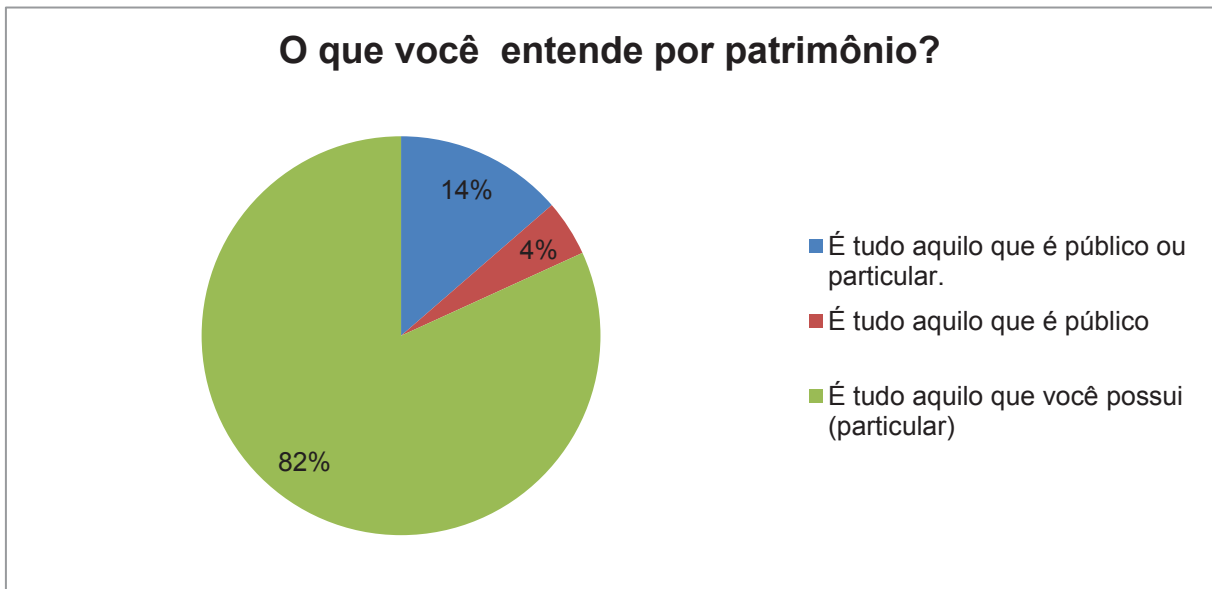
Levando em consideração os referenciais culturais dos alunos, entendendo cultura como “o conjunto de costumes, hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade, do grupo social por oposição à natureza” (FREYRE, 1961, p. 12), isto é, como uma construção histórica e social, transformamos suas experiências em possibilidades de ensino-aprendizagem.

Após um circuito de palestras, com apresentação de vídeos sobre a cidade de Campina Grande, colhemos depoimentos dos alunos a respeito do entendimento dos mesmos em relação ao significado de patrimônio e qual sua relação com os lugares de memória que a cidade guardava. As percepções dos alunos em vista do patrimônio alteraram-se, conforme os passos dados rumo à construção da consciência preservacionista, à medida que iam reconhecendo-se na sua historicidade. Ao invés de impormos uma obrigação, sem abertura para questionamentos sobre o que os mesmos desejavam manter conservado como bem identificador, provocávamos nas discussões posteriores às exibições dos vídeos, o pronunciamento do público a respeito de suas conclusões sobre o significado do patrimônio.

Para elaboração de nossa pesquisa, retornamos a escola para buscarmos novamente dados que respaldem a importância da educação patrimonial na transformação da perspectiva das novas gerações quanto aos seus patrimoniais, reafirmando a relevância de nossa iniciativa. Entre as respostas à sondagem aplicada para um público de 31 alunos, divididos em duas turmas, repetiam-se as sentenças comuns aos herdeiros de uma história negligente e classicista, que deixou uma lacuna na escrita dos acontecimentos ocorridos outrora, que constituiriam a memória de sujeitos que foram ativos na construção da história do nosso país.

Ao revelarem um profundo desconhecimento sobre as questões patrimoniais, materiais ou imateriais, nós iniciamos o trabalho com o conceito de patrimônio e a importância da preservação como dever de cidadania. Partimos então da indagação sobre o conhecimento prévio dos alunos a respeito do patrimônio e o maior percentual de respostas (82%), registrou-se na perspectiva de propriedade particular (ver gráfico 01).

Gráfico 01- Percentual de resposta sobre o que os alunos entendem por patrimônio



Fonte: Pesquisa realizada na Escola Estadual de Ensino Médio e Profissionalizante Dr. Elpídio de Almeida – PRATA (2011)

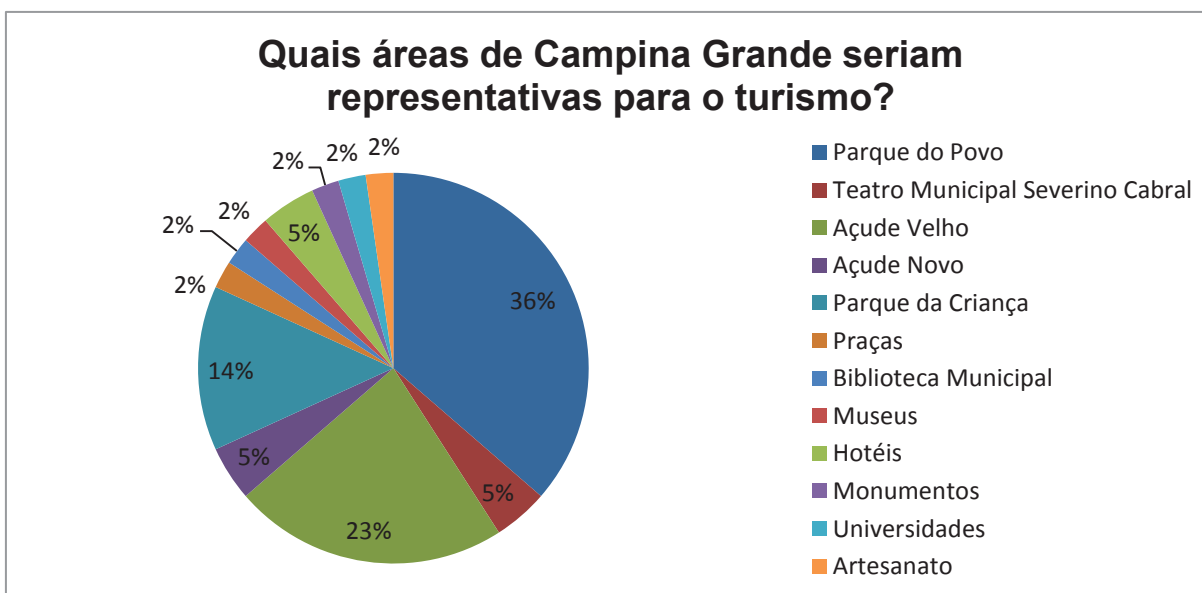
Todavia, devemos considerar que o percentual de respostas onde os alunos já reconhecem o patrimônio no sentido ampliado (14%), uma vez que, a maneira como o professor aborda o ensino de história tem se modificado, ainda que a passos

curtos. Assim, uma série de outras questões didáticas permeia a prática educativa deste.

Para inserirmos os alunos de maneira mais incisiva, partindo da realidade jovem no período que é considerado na cidade como de maior concentração de pessoas no espaço popularmente chamado de “quartel general do forró”, a praça de eventos batizada de Parque do Povo, questionamos sobre, por exemplo, as experiências com o festejo junino em diversos ângulos, observando as relações que os cidadãos têm com a realização da manifestação cultural no que tange toda simbologia representativa do evento que vai desde a ornamentação das ruas, praças, centros comerciais, casas, programação cultural, cardápio, vestuário, etc.

Outro questionamento nosso foi a respeito das áreas de maior importância para o turismo na cidade. A ótica utilizada nas respostas contemplou a própria concepção da festa junina como bem cultural, pois 36% dos entrevistados respondeu que o Parque do Povo, lugar de realização do festejo, seria o nosso maior destaque (ver gráfico 02).

Gráfico 02 - Áreas de maior representatividade para o turismo

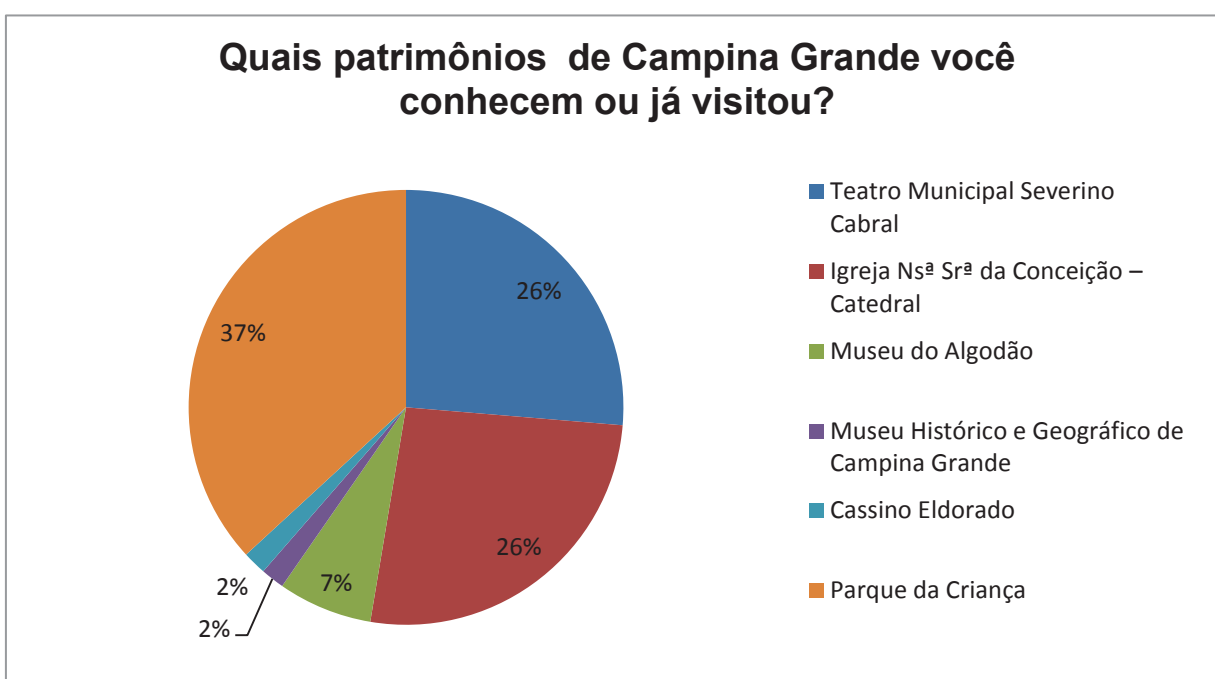


Fonte: Pesquisa realizada na Escola Estadual de Ensino Médio e Profissionalizante Dr. Elpídio de Almeida – PRATA (2011)

O ponto seguinte de nossa pesquisa preocupou-se com as relações tecidas entre os alunos e o patrimônio local, tanto no que se refere à visita do patrimônio edificado, como no contato com as manifestações culturais, dando-lhes pistas sobre

o significado do próprio conceito de patrimônio tangível e intangível a partir do convívio mantido com os estes. Nossa indagação listou uma série de patrimônios (praças, teatros, monumentos etc.) e o percentual de 37% apresentado no resultado, mostra que os alunos, apesar de apontarem os elementos guiados pela noção de patrimônio como bem edificado, mantêm-se ligados às práticas culturais tradicionais, neste caso, a religiosidade (26%) e, de igual modo, à cultura teatral (26%), mesmo não conhecendo o conceito de bem intangível (ver gráfico 03).

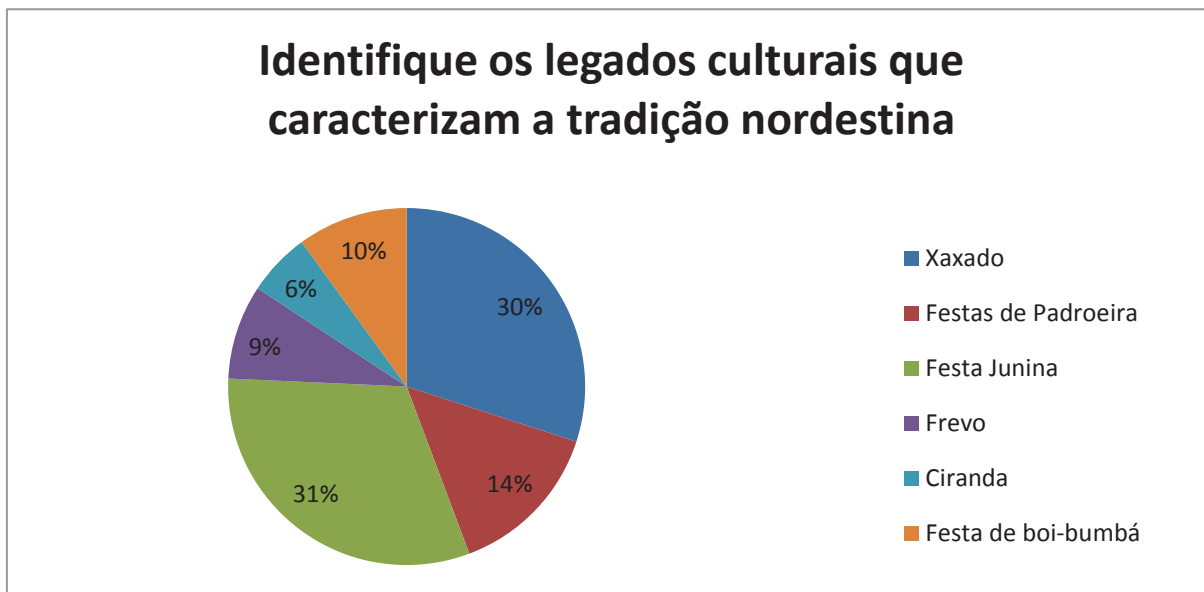
Gráfico 03 – Patrimônios de Campina Grande, conhecidos ou já visitados



Fonte: Pesquisa realizada na Escola Estadual de Ensino Médio e Profissionalizante Dr. Elpídio de Almeida – PRATA (2011)

Por último, tratamos do patrimônio no sentido ampliado. A pertinência dessa pergunta se confirmou ao final da coleta de dados, quando percebemos sua identificação com as respostas do primeiro questionamento. Aumentou o percentual de alunos que conseguiu responder corretamente as alternativas, o que nos leva a entender que há um entendimento por parte dos alunos a cerca das questões culturais, principalmente daquilo que faz parte da construção de sua identidade. Porém, a ausência, de esclarecimentos contextualizados na realidade desses alunos não os permite maior identificação e sentimento pertença para com os símbolos culturais (ver gráfico 04).

Gráfico 04 – Identificação dos alunos com os legados culturais que caracterizam a tradição nordestina



Fonte: Pesquisa realizada na Escola Estadual de Ensino Médio e Profissionalizante Dr. Elpídio de Almeida – PRATA (2011)

No final de nosso trabalho, instigamos os alunos a direcionarem seu olhar sob a perspectiva patrimonial, ou seja, de que maneira o cidadão, seja ele turista ou habitante local, se comportava perante os espaços públicos durante a participação na festa. Ao se depararem com o desconhecimento dos bens patrimoniais e das políticas preservacionistas, os alunos começaram a pontuar medidas que os mesmos não punham em prática para contribuir com o salvaguardo do patrimônio local.

Em síntese, a educação patrimonial, que se baseia nos princípios de direito à memória e a identidade, tenciona contribuir com a construção desta identidade local, a partir da valorização cultural e social dos diferentes grupos. Trazer a educação patrimonial para o currículo, ainda que não oficial, possibilita formar um cidadão consciente do mundo em que vive, ampliando o conhecimento sobre o passado e as relações com o mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças de paradigmas da escrita da História, ocorridas já terceira década do século XX, permitiram que o estudo da memória e do patrimônio contribuísse consideravelmente com conhecimento, através da valorização do cotidiano dos atores sociais carregados versões não oficiais de uma mesma história e imbuídos de outras apropriações e ressignificações que legitimam suas identidades.

A história social possibilitou esse redirecionamento de olhar, dando “dizibilidade” e visibilidade a temas antes ignorados. A memória “proibida” centro das preocupações dos estudos que emergem nesse novo quadro, receberá o apoio da História Oral para buscar sua expressão pública. A sociedade civil, silenciada pelos discursos oficiais, mantém, ainda que em confinamento suas lembranças, transmitindo-as em espaços íntimos, isto é, para suas famílias ou pequenos círculos sociais.

Logo, as questões em torno do patrimônio histórico irão interferir nesse processo por se configurar símbolo da memória social. Questiona-se, desse modo, que memória será perpetuada? O que do nosso presente queremos deixar para as gerações futuras? Surge nesse contexto, a preocupação com a identidade que a sociedade deseja afirmar para se tornar devidamente representada por seus símbolos, ou seja, seu patrimônio.

Dessa maneira, o patrimônio de uma cidade visto sobre esta ótica, constitui-se naquilo que seus habitantes puderam ou quiseram construir para valorizar seus sonhos, deixando suas marcas forjadas no território, configurando características únicas e particulares que os identificam, quer seja através da tradição familiar, social ou cultural.

Ao observarmos essa reivindicação da memória, consideramos a pluralidade de interpretações que podem ser feitas das rememorações dos sujeitos sociais. É das suas práticas cotidianas, da forma como tecem suas relações sociais que nascem os possíveis caminhos que nos levam a encontrar respostas para o que ficará de nossa existência como herança.

Estamos falando, nesta lógica, da nova maneira que inauguramos de nos relacionarmos com nossos bens patrimoniais. Estamos vivendo a experiência de lidarmos com o patrimônio cultural de modo mais autônomo, participativo,

caracterizando também uma nova perspectiva de salvaguardo dos elementos representativos da nossa identidade.

Essa tão recente forma de manter preservada nossa memória cristaliza-se na concepção de “museu a céu aberto”. O sujeito encontra nesta modalidade de revitalização da memória, a devida valorização de seu patrimônio cultural, em conformidade com a ampliação do conceito dessa expressão.

A realidade da cidade de Campina Grande nos revela um exemplo prático defendido por nós ao longo dessa pesquisa que é a caracterização da cidade enquanto “museu a céu aberto” ou “museu de céu aberto” devido à disposição ao ar livre dos seus bens patrimoniais materiais e imateriais.

Num primeiro momento, falando em termos materiais, Campina Grande pode ser interpretada como um museu a céu aberto por guardar seus “lugares de memória”, sendo estes as esculturas, as construções, as estátuas de homenagem, tidos por monumento. Sobre monumento Le Goff explica ser uma herança do passado, pela etimologia:

a palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (LE GOFF, 1990, p. 535).

Nesses “lugares de memória”, na fisionomia da cidade, os habitantes percebem suas histórias de vida, trajetórias de lutas, reconhecem-se enquanto cidadão e sujeitos construtores de história. Os monumentos, nesse sentido, tem o papel de salvaguardar as interpretações do passado, reforçando o sentimento de pertencimento, tornando-se ponto de referência, solidificando através do concreto das construções, a memória.

Num segundo momento, em termos imateriais, pois assim também ocorre com os relatos orais. Os depoimentos orais, ao serem escritos, registrados, são considerados documentos e, por conseguinte “todo documento é um monumento”, mas o que queremos mostrar é que há uma multiplicidade de memórias e que também na cidade de Campina Grande as mesmas, sejam oficiais, não oficiais, partidárias, militantes, jovem ou “memória de velhos”, todas nos seus diferentes modos de se narrarem, de uma forma ou de outra tecem as identidades do cidadão campinense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Artigos/ Dissertações/ Livros/ Teses

ALMEIDA, Adriana M.; VASCONCELLOS, Camilo Almeida de Mello. **Porque visitar museus**. In: BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003. 8ª Edição. P. 104 – 116.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979. 2ª edição.

ANDRADE LIMA, Elizabeth Cristina de. **A Fábrica dos Sonhos: a invenção da festa junina no espaço urbano**. Campina Grande: EDUFPG, 2008. 2ª Edição.

BERMAN, Marshall. **Modernidade, ontem, hoje e amanhã**. In: Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007. 1ª reimpressão. P. 24 – 49.

_____. **Baudelaire: O modernismo nas ruas**. In: Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 1ª reimpressão. P. 158 – 203.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Museus e seus objetos**. In: Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2004. Coleção Docência em Formação. P. 351 – 360.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 12ª Edição.

BURKE, Peter. **História como memória social**. In: Variedade da História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 67-85.

CÂMARA, Epaminondas. **Capítulo III - A cidade**. In: Datas campinenses. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988. P. 48 – 164.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002 (Coleção ABC do turismo).

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **As apropriações das representações**. In: O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. Diálogos, DHI/ PPH/ UEM, 2005. Vol. 9.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. **Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa**. In: Imagens multifacetadas da História de Campina Grande. Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2000. P – 58 – 76.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Tradução de Ephaim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais**. In: A História Cultural entre práticas e representações. Coleção. Memória e Sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1990. 13 -28.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

DIAS, Cláudia Cristina de Mesquita Garcia. **A trajetória de um “museu de fronteira”: a criação do Museu da Imagem e do som e aspectos da identidade carioca (1960 – 1965)**. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 201 – 215.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Os museus e a cidade**. In: Memória e Patrimônio: Ensaos contemporâneos. Regina Abreu/ Mário Chagas (orgs). Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2003. P. 175 – 188.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A Editora, 2004. 9ª Edição.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco/ ROSA, Zita de Paula. **História Oral: uma utopia?** In: Memória história, historiografia: Dossiê Ensino de História. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Editora Marco Zero. Vol. 13. Nº 25/26.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 3ª Edição. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos)

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Patrimônio como política cultural**. In: Cultura é patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. P. 113 – 135.

_____. **Museus, exposições e centros culturais**. In: Cultura é patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. P. 139 – 159.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e Ensino de História**. In: O saber Histórico na sala de aula. P. 128 – 148.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncios**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: 1989. Vol. 2 nº 3.

FILHO, Antônio Luiz Macedo e Silva. **A cidade e o patrimônio histórico**. **Cadernos Paulo Freire**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003. Vol. 1.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – A inovação em História**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. Coleção Primeiros Passos.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 (Coleção Turismo, Cultura e Lazer, nº 3) 1ª Edição.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confrontos: campina Grande – 1920-1945**. Campina Grande: EDUFCG, 2006. Coleção Outras histórias. Nº 3. P. 183-189.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Dissonâncias sociais na cidade moderna**. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 3. P. 91 – 112.

2. Sites Consultados

Ana Carmem Amorim Jara Casco. **Sociedade e Educação Patrimonial**. Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/Pagina_inicial/Dossiê/Artigo>. Acessado em 27/03/2006.

BEZERRA, Hallyson Alves. **Hino de Campina Grande**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=wAoZCbye-Fk>>. Acessado em 16/11/2009.

_____. **Campina Grande**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=BW0IN_7-888>. Acessado em 17/04/2007

DOMICIANO, César. **Considerações sobre gestão pública de cultura**. Disponível em: <<http://jornalbarato.wordpress.com>>. Acessado em 14/04/2010.

FÉLIX, Paula e FERNANDES, Tatiane. **Cultura Política**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/POLITICACULTURAL.pdf>>. Acessado em 31 de maio de 2011.

Mário Chagas. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjectivação**. Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/pagina_inicial/dossiê/artigo>. Acessado em 27/03/2006.

Lyggy Segala. **Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep**. Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em: <[www.revista.iphan.gov/pagina inicial/dossiê/artigo](http://www.revista.iphan.gov.br/pagina_inicial/dossiê/artigo)>. Acessado em 27/03/2006.

VERGOLINO, Paulo Leonel Gomes. **Belém do Pará – Museu a céu aberto**. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco>>. Visitado em 08/04/20011.

3. Mídia digital

MELO, Josemir Camilo de. **Campina Grande: Aldeia e Povoação**. In: **Campina Grande Fatos e Memória**. Editora universitária da UFCG: Campina Grande, 2008, n.1, CD-ROM.

4. Entrevistas

FARIAS, Zélia Leal de. Campina Grande: 30 de maio de 2011. Entrevista concedida à Aluska Karla Alves Bezerra

OLIVEIRA, Suzete Fernandes. Campina Grande: 01 de junho de 2011. Entrevista concedida à Aluska Karla Alves Bezerra.

ANEXOS

1. Temo de uso



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

Título do Trabalho: Campina Grande como um museu a céu aberto: Monumentos, memórias e representações em disputa.

Autor (a): Aluska Karla Alves Bezerra

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Maria Lindaci Gomes de Souza

Termo de Autorização de uso

Por meio deste termo, eu, _____,
 RG nº _____, CPF nº _____,
 residente na rua _____,

autorizo a utilização de imagem, som de voz, nome e dados biográficos relativos à entrevista concedida em material de divulgação da aluna Aluska Karla Alves Bezerra, Matrícula nº 05229028 - 0, do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, para elaboração de trabalho acadêmico, desde que o material seja referente à citada pesquisa sobre a relação dos agentes sociais, ou seja, dos moradores da população local com os monumentos de seu bairro e de sua cidade, realizada em 2011 e que não tenha fins comerciais.

Campina Grande, 31 de maio de 2011.

(Assinatura do cedente ou responsável legal)

2. ENTREVISTA

1. Informações pessoais:

a) Nome completo:

b) Endereço:

c) Idade:

d) Sexo:

e) Estado civil:

f) Profissão:

g) Escolaridade: *(Se não estudou o porquê)*

1. Dados da Pesquisa:

a) Local: _____

b) Data: ____/____/____

c) Hora: _____

3. QUESTIONÁRIO

1. Há quanto tempo mora no bairro?
2. Quantos anos o (a) Sr. (a) tinha quando veio morar aqui?
3. O (a) Sr. (a) sabe a origem do nome do bairro, sempre teve este nome?
4. O (a) Sr. (a) se lembra como era este bairro quando veio morar aqui?
5. Tem alguma rua, praça ou Igreja deste bairro, que era bastante frequentada e não é mais?
6. Tem algum lugar deste bairro que teve importância significativa para o (a) Sr. (a) e que ainda esta bastante viva na sua memória?
7. O (a) Sr. (a) se lembra de alguma casa, rua, escola, Igreja, ou ainda bares que tiveram certa importância e que sofreram alguma mudança?
8. Na sua época como era o “Açude Velho”? Há alguma diferença entre hoje e antigamente?
9. Qual o papel das praças na sua memória?
10. No centro desta cidade, que lugar traz mais lembranças para o senhor?
11. Suas lembranças em relação à esta cidade, em sua maioria, são boas ou más?
12. Que lugar faz parte da sua memória da juventude ou da sua infância?
13. Existe algum monumento significativo que outrora existia e que hoje, com as mudanças na cidade perdeu essa importância?
14. Tem algum ponto do bairro que o senhor acha que mudou tanto que não traz mais nenhuma recordação do passado?
15. O (a) Sr. (a) se lembra como era o espaço onde hoje se localiza o Parque Evaldo Cruz (Açude Novo)?
16. O (a) Sr. (a) se lembra de como eram os festejos juninos da cidade antes da criação do “Maior São João do Mundo”?
17. Qual a importância dos festejos juninos para o (a) Sr. (a)?



Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Centro de Educação – CEDUC – I
Departamento de História e Geografia – DHG
Curso de História

Projeto de Extensão: A cidade visível e a cidade invisível: patrimônio histórico, identidade cultural, memória e cidadania

E.E.E.M. Dr. Elpídio de Almeida – PRATA

Campina Grande – PB, ____ / ____ / ____

Aluno:

Turma: _____ Turno: _____ Nº _____.

SONDAGEM

1. Em que cidade você nasceu?
2. O que você entende por patrimônio?
3. Quais seriam as áreas de campina Grande que seriam mais representativas para o desenvolvimento local, no que diz respeito ao turismo?
4. Em termos de práticas gastronômicas:
 - a) Quais são as alimentações que fazem parte da tradição de sua família?
 - b) Quais os alimentos que mais tem importância na principal época festejada em Campina Grande?
5. Você já visitou algum museu? Qual? Onde?

Marque com um X a resposta que você considera correta:

1. Em relação ao conceito de patrimônio marque aquelas alternativas que o identificam:
 - () Herança familiar
 - () Propriedade Particular
 - () Tradições culturais: festejos, danças, religiosidade

- () Rios, cachoeiras, montanhas, vales, lajedos
- () Vestígios arqueológicos

2. Marque o patrimônio que você conhece ou já visitou na cidade de Campina Grande:

- () Teatro Municipal Severino Cabral
- () Igreja N.S Sr.^a da Conceição – Catedral
- () Museu do Algodão
- () Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande
- () Cassino Eldorado
- () Parque da Criança
- () Terminal Rodoviário de Passageiros Cristiano Lauritzen – Rodoviária Velha
- () Ginásio de Esportes “O Meninão”

3. Identifique os legados culturais que caracterizam a tradição nordestina:

- () Xaxado
- () Festas de Padroeira
- () Festa Junina
- () Frevo
- () Ciranda
- () Festa de boi-bumbá
- () Congada
- () Pastoril
- () Comida de milho
- () Feijoada



ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Artigo 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;
- 2º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;
- 3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;



5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único: As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Do Tombamento

Artigo 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Artigo 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Artigo 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Artigo 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.



Artigo 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Artigo 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;

3º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Artigo 10 - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

Dos efeitos do tombamento

Artigo 11 - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Artigo 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.



§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou *causa mortis*.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiveram sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Artigo 14 - A coisa tombada não poderá sair do País, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do País, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Artigo 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a



visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Artigo 19 - O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º - À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Artigo 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Artigo 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Do direito de preferência

Artigo 22 - Em face da alienação, onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º - Tal alienação não será permitida sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de



vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

Disposições gerais

Artigo 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Artigo 24 - A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Artigo 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Artigo 26 - Os negociantes de antigüidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio



Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuem.

Artigo 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Artigo 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único: A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil-réis por conto de réis ou fração que exceder.

Artigo 29 - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 30 - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas

Gustavo Capanema